



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 4º

EDITAL Nº 004/2026 - TJMG/SUP-ADM/DIRSEP/GECOMP/COALI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026/TJMG	
PROCESSO SIAD Nº 841/2025	DATA DE ABERTURA: 22/01/2026 HORA DA ABERTURA: 10:00h LOCAL: Portal de Compras/MG, no endereço eletrônico www.compras.mg.gov.br
OBJETO: SERVIÇOS CONTINUADOS, SOB O REGIME DE LOCAÇÃO, DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE CONTROLE DE ACESSO FÍSICO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE CONTROLE ACESSO EM NUVEM (SAAS), EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA UNIDADES DO TRIBUNAL DA CAPITAL E INTERIOR	
SETOR REQUISITANTE: GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - GSI	
PREGOEIRO: DÉBORA BARBOSA COUTINHO PREGOEIRO SUPLENTE: MARCELA KELLY SIMÕES PIRES DE FARIA	
APOIO TÉCNICO: FABIANO DE MELO MENDES E BRUNO HENRIQUE COELHO RIBEIRO DE SALES	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE	FORMA DE ADJUDICAÇÃO: LOTE
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO	INTERVALO DE LANCES: R\$1.000,00
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO	PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA: SIM
PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO: SIM	EXIGÊNCIA DE GARANTIA: PARA A PROPOSTA: NÃO PARA O CONTRATO: SIM
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES DATA: ATÉ 16.01.2026	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$17.438.849,10 (dezessete milhões quatrocentos e trinta e oito mil oitocentos e quarenta e nove reais e dez centavos)

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Gerência de Compras de Bens e Serviços – GECOMP torna público aos interessados que promoverá a presente licitação por meio do site www.compras.mg.gov.br, a ser processada e julgada em conformidade com [Lei Federal nº 14.133/2021](#), além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital, destinada a selecionar a melhor proposta.

1. DO OBJETO

Serviços continuados, sob o regime de locação, de Solução Integrada de Controle de Acesso Físico, incluindo o fornecimento de software de controle acesso em nuvem (SaaS), equipamentos, serviços de implantação, configuração, treinamento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva para unidades do Tribunal da Capital e interior.

- 1.1. Em caso de contradição entre as especificações do objeto constantes deste Edital e aquelas descritas no Portal de Compras/MG prevalecerão as primeiras.
- 1.2. Não ocorrendo a hipótese prevista no subitem 1.1, as especificações constantes do Edital e as descritas no Portal de Compras/MG serão consideradas complementares entre si.

2. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

2.1. Poderão ser apresentados pedidos de esclarecimentos ou impugnação ao edital, encaminhados de forma eletrônica exclusivamente por meio do Portal de Compras/MG, no endereço eletrônico www.compras.mg.gov.br.

2.1.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação das leis que regem a presente licitação ou para solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes** da data de abertura do certame.

2.1.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimentos será divulgada no Portal de Compras/MG no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.2. As respostas às impugnações e pedidos de esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando o Tribunal e os licitantes.

2.3. A impugnação e o pedido de esclarecimentos não possuem efeito suspensivo.

2.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo licitatório.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação os interessados que estiverem previamente cadastrados no Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF do Estado de Minas Gerais (www.compras.mg.gov.br), e que explorem atividade pertinente e compatível com o objeto, desde que atendam a todas as exigências contidas neste Edital.

3.1.1. Será admitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, observadas as seguintes normas, dispostas no [art. 15 da Lei Federal 14133, de 2021](#) e nesse edital:

3.1.1.1. A(s) empresa(s) que integrar(em) um Consórcio não poderá(ão) participar desta licitação isoladamente ou compondo outro Consórcio.

3.1.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação do Licitante.

3.2. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da presente licitação se:

a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei Federal nº 5.764 de 1971](#), a [Lei Federal nº 12.690 de 2012](#) e a [Lei Complementar Federal nº 130 de 2009](#);

b) a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c) qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto, vedado ao Tribunal indicar nominalmente pessoas;

d) em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei Federal nº 12.690 de 2012](#), o objeto desta licitação referir-se a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

3.3. Não poderá disputar a presente licitação, direta ou indiretamente:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) aquele impedido(a) de licitar e contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta do Estado de Minas Gerais;

c) aquele declarado(a) inidôneo(a) para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;

d) o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

e) quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários:

e.1) a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo; ou

e.2) a empresa da qual o autor do projeto seja responsável técnico ou subcontratado, dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto.

f) o agente público investido ou vinculado ao Tribunal, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

g) o terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

h) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Tribunal ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

i) a pessoa física ou empresário individual que possua relação, na condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com membro ou juiz vinculado, e/ou com qualquer dos servidores do Tribunal que seja investido em cargo de direção ou de assessoramento.

j) a pessoa jurídica que possua em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas e/ou de qualquer dos servidores do Tribunal que seja investido em cargo de direção, chefia ou de assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução nº 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

k) as empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei Federal nº 6.404 de 1976](#), concorrendo entre si;

l) a pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

m) aquele(a) proibido(a) de contratar com o Poder Público nos termos do [art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992](#) (Lei de Improbidade Administrativa);

n) a pessoa jurídica não autorizada a funcionar no país, quando se tratar de sociedade estrangeira.

3.3.1. O impedimento de que trata a alínea "b" será também aplicado ao Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do Licitante;

3.3.2. A critério do Tribunal e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem às alíneas "d" e "e" poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do Tribunal;

3.3.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.3.3. A vedação que trata a alínea "f" estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

3.4. Será realizada consulta junto aos seguintes cadastros para verificação dos impedimentos:

a) Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

b) Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP;

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP; e

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA.

3.4.1. Será realizada, ainda, consulta no módulo Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD, a partir da razão social informada, para identificação da matriz e possíveis filiais do Licitante arrematante.

3.4.1.1. Após a identificação prevista no subitem anterior, serão consultados os cadastros mencionados no subitem 3.4. para verificação de impedimento de licitar e contratar nos termos das alíneas "b", "c" e "d" do subitem 3.3.

3.4.1.2. A consulta aos cadastros informados no subitem 3.4 ocorrerá após encerrada a etapa de negociação, quando o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação verificará se o Licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar se encontra impedido de licitar e contratar com qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta do Estado de Minas Gerais, ou declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.4.1.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário ou sócio administrador, por força da vedação de que trata o [art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992](#).

3.5. Constatada a existência de sanção de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade, o Licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

3.5.1. A manifestação, bem como os documentos comprobatórios das respectivas alegações, deverão ser encaminhados no prazo de 02 (duas) horas, ou outro fixado pelo Pregoeiro ou Comissão de Contratação.

3.5.2. Inexistindo prova que comprove a inaplicabilidade da sanção constatada, será a proposta desclassificada por falta de condição de participação.

4. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO, SIMPLIFICADO E FAVORECIDO DISPENSADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

- 4.1. Aplicam-se os benefícios previstos na [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), no [Decreto nº 8.538, de 2015](#); na [Lei nº 20.826, de 2013](#) e no [Decreto nº 47.437, de 2018](#):
- a) às microempresas e empresas de pequeno porte ME/EPP, conforme definição dos incisos I e II do *caput* e § 4º do [art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#);
 - b) às sociedades cooperativas, conforme definições do [art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), do [art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 2007](#), e do [art. 4º da Lei Federal nº 5.764 de 1971](#);
 - c) ao microempreendedor individual – MEI, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;
 - d) ao agricultor familiar, conforme definido na [Lei Federal nº 11.326, de 2006](#);
 - e) ao produtor rural pessoa física, conforme definido na [Lei Federal nº 8.212, de 1991](#).
- 4.2. O Licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#).
- 4.3. A obtenção dos benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), fica condicionada à observância do disposto nos §§ 1º a 3º do [art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), bem como à comprovação da condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado no momento do credenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF.
- 4.3.1. O Licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado deverá apresentar declaração de observância ao limite definido no § 2º do [art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 4.4. Na hipótese de a mesma ME/EPP ou equiparada vencer o lote reservado e o lote de disputa ampla, desde que compostos pelos mesmos itens, prevalecerão os menores preços obtidos.
- 4.5. Caso não haja vencedor para a cota reservada composta pelos mesmos itens do lote principal, esta poderá ser adjudicada para o vencedor do lote principal ou, diante da sua recusa, aos remanescentes, desde que pelo preço do primeiro colocado.
- 4.6. O Licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado não deverá incorrer em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do [art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

- 5.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema (www.compras.mg.gov.br)**, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.1.1. As especificações do produto ou serviço ofertado, bem como as informações a ele pertinentes, devem ser anexadas em campo próprio do sistema, concomitantemente à proposta, por meio de arquivo no formato PDF;
- 5.1.1.1. Quando necessárias à identificação do objeto, para fins de avaliação da proposta inicial, devem ser anexadas informações que comprovem tecnicamente sua descrição, tais como folder e catálogos, entre outros.
- 5.2. A apresentação de proposta importa declaração, pelo Licitante, de que cumpre os requisitos para habilitação e de que sua proposta atende às exigências deste Edital.
- 5.3. A apresentação de proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o Licitante o compromisso de executar o objeto conforme suas especificações, bem como de fornecer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, dentre outros, em quantidades e qualidades adequada à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.4. O Licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, e ainda por meio dos modelos anexos, que:
- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências deste Edital e compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [art. 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
 - e) se organizado em cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)
 - f) se enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa ou equiparadas, que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
 - g) que não se enquadra nos impedimentos para disputar o objeto desta licitação previstos no subitem 3.3.
- 5.4.1. A falsidade das declarações sujeitará o Licitante às sanções dispostas no [art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.
- 5.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 5.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos descritos na etapa de julgamento.
- 5.7. A proposta não poderá impor condições ou conter opções, bem como apresentar qualquer elemento que possa identificar o Licitante durante a fase da disputa.
- 5.8. No cadastramento da proposta não é permitido qualquer tipo de identificação da Licitante nos campos preenchíveis.
- 5.9. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Licitante.
- 5.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, exceto lances manifestamente inexequíveis.
- 5.11. O preço global proposto deverá atender à totalidade da quantidade exigida, por lote, não sendo aceitas aquelas que contemplem apenas parte do objeto.
- 5.12. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros, previdenciários, securitários e trabalhistas, taxas, frete até o destino, embalagens e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto da presente licitação.
- 5.13. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais, exceto os optantes pelo regime do Simples Nacional, devem apresentar proposta com isenção do ICMS, conforme dispõe o [Decreto Estadual nº 48.589 de 2023](#), bem como a [Resolução Conjunta SEF/SEPLAG nº 3.458 de 2003](#).
- 5.13.1. A classificação das propostas, etapa de lances e o julgamento dos preços, adjudicação e a homologação serão **realizados a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS**.
- 5.13.2. O Licitante mineiro optante pelo regime do Simples Nacional deverá anexar em sua proposta comercial a ficha de inscrição estadual na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.
- 5.14. O Tribunal efetuará as retenções tributárias e previdenciárias sobre o faturamento, nos termos da legislação vigente.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. DO MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

- 6.1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital.
- 6.1.2. Os licitantes serão convidados a apresentar lances por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras para sua aceitação.
- 6.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta está definido no preâmbulo do edital.
- 6.1.4. No transcurso da sessão pública é vedada a identificação dos licitantes até a finalização da etapa de lances.

6.1.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

6.1.5.1. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

6.1.5.1.1. Após o prazo previsto no subitem anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de tempo, aleatoriamente determinado, de até 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.1.5.1.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o Licitante da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores à de valor mais baixo possam ofertar um lance final fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.1.5.1.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.1.5.1.4. Após o término dos prazos estabelecidos acima, o sistema ordenará os lances conforme sua vantajosidade.

6.1.5.1.5. Na ausência de lance final fechado classificado na forma estabelecida nos subitens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de mais três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem **6.1.5.1.4.**

6.1.5.1.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no **6.1.5.1.5.**

6.1.6. Ressalvada a hipótese de negociação com o primeiro colocado após a fase de lances, o chat não poderá ser utilizado para oferta de lances, devendo o fornecedor apresentá-los no campo próprio definido no sistema.

6.1.6.1. Observada a ressalva prevista no subitem anterior, os lances apresentados no *chat* serão desconsiderados e caracterizados como ato que perturba a sessão do procedimento licitatório.

6.1.7. O proponente não poderá desistir do lance ofertado, salvo se houver justificativa plausível e devidamente comprovada a ser analisada e aprovada pelo Pregoeiro ou Comissão de Contratação durante a etapa de lances.

6.1.8. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro ou Comissão de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.1.8.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro ou Comissão de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação, via chat, dos fatos aos participantes.

6.1.9. Caberá ao licitante a incumbência de acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.1.10. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada, hipóteses em que o desempate será definido conforme critérios previstos neste Edital.

6.2. DOS PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123, de 2006

6.2.1. Se a proposta melhor classificada para o lote **com ampla participação** não tiver sido ofertada por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação convocará a detentora da melhor proposta dentre aquelas que estejam na situação de empate para que apresente novo lance, inferior ao melhor lance, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

6.2.2. Inserem-se na situação de empate as propostas ofertadas por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado na proposta melhor classificada.

6.2.3. Se a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparada, não apresentar proposta de preços ou não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação convocará as Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparada remanescentes que estiverem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.2.4. Caso não haja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparada dentro da situação de empate, ou não ocorra a apresentação de novo lance, não será aplicado o desempate e preferência previsto na [Lei Complementar Federal nº 123 de 2006](#).

6.3. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.3.1. Após a etapa de envio de lances, havendo propostas iguais não seguidas de lances ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, desde que já observado os procedimentos previstos na [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), serão aplicados os critérios de desempate estabelecidos no [art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão preferencialmente utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#);
 - c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
 - d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.3.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a) empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;
 - b) empresas brasileiras;
 - c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.3.3. Persistindo a situação de empate mesmo após a utilização dos critérios de desempate previstos neste subitem, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7. DO JULGAMENTO

7.1. DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA

7.1.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação, subsidiados pelo Apoio técnico, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ou desconto final em relação ao estimado para a contratação.

7.1.2. O Pregoeiro ou a Comissão de Contratação, subsidiados pelo Apoio técnico, poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta mediante homologação de amostras, exame de conformidade, catálogos, folders, portfólios e prova de conceito, entre outros testes de interesse do Tribunal, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

7.1.2.1. Caso o Termo de Referência ou Projeto Básico exija, o Licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar catálogos, portfólios ou outros documentos similares juntamente com a proposta ajustada, sob pena de não aceitação da proposta.

7.1.3. Será desclassificada a proposta que:

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- c) apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pelo Tribunal;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.1.4. Para fins de verificação da conformidade da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, será colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.1.5. Depois de definido o resultado do julgamento da proposta serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem aquela cuja verificação de conformidade foi realizada pelo Pregoeiro ou Comissão de Contratação.

7.2. DA NEGOCIAÇÃO

7.2.1. Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação, poderá negociar com o primeiro colocado, por meio do sistema e de forma pública e transparente, condições mais vantajosas para o Tribunal.

7.2.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, nos termos do subitem anterior, respeitada a ordem de classificação após a etapa de lances, ou, se houver, aplicação dos critérios de desempate.

7.2.3. Concluída a negociação, o resultado será registrado na ata da sessão pública, que deverá ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.2.4. A proposta, adequada ao último valor ofertado após a negociação, e, se necessário, os documentos complementares, deverá ser encaminhada no sistema, no prazo mínimo de **02 (duas) horas** ou outro prazo estabelecido pelo Pregoeiro ou Comissão de Contratação, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro ou da Comissão de Contratação.

7.3. DA ANÁLISE DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

7.3.1. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pelo Tribunal.

7.3.2. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pelo Tribunal.

7.3.3. A inexequibilidade somente será identificada após diligência do Pregoeiro ou da Comissão de Contratação que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.3.4. Havendo indício de inexequibilidade, o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação, subsidiados pela área técnica competente, diligenciará e estabelecerá prazo para que o Licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de:

- a) planilha de custos elaborada pelo Licitante;
- b) documento que comprove contratação em andamento com preços semelhantes;
- c) outros documentos comprobatórios da exequibilidade.

7.3.5. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados os quantitativos mínimos e os preços unitários e global máximos.

7.3.5.1. No caso de serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observados os critérios estabelecidos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.3.5.1.1. O Licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo Tribunal deverá apresentar garantia adicional equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, como condição para homologação desta licitação, sem prejuízo das demais garantias exigíveis para a contratação.

7.3.5.1.2. A garantia adicional prevista no subitem anterior deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico coali@tjmg.jus.br, com cópia para cofis@tjmg.jus.br, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da adjudicação do objeto ao Licitante vencedor, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que devidamente justificado.

7.3.5.1.3. A aprovação da garantia adicional é requisito essencial para homologação do certame, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.3.5.1.4. Havendo incidência de garantia principal e, nos termos do subitem 7.3.5.1.1, de garantia adicional, é facultado ao Licitante vencedor apresentá-las conjuntamente, antes da homologação do certame.

7.4. DA PROPOSTA AJUSTADA

7.4.1. A proposta, adequada ao último lance ofertado, independentemente de alteração do valor inicial e, se necessário, os documentos complementares, deverão ser encaminhados no sistema, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, ou outro prazo estabelecido pelo Pregoeiro ou Comissão de Contratação, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro ou da Comissão de Contratação.

7.4.1.1. A prorrogação de que trata o subitem anterior poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação do Licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro ou pela Comissão de Contratação;
- b) de ofício, a critério do Pregoeiro ou da Comissão de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital para a verificação de conformidade de que trata o subitem 7.1.

7.4.1.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro ou Comissão de Contratação, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, os quais deverão ser encaminhados por meio eletrônico.

7.4.1.2.1. O Pregoeiro ou a Comissão de Contratação poderá solicitar o envio dos documentos previstos no subitem anterior previamente por e-mail, sem em prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.2. A proposta ajustada deverá ser apresentada conforme modelo deste Edital, sem emendas, acréscimos, ressalvas ou omissões que acarretem lesão ao direito dos demais licitantes, ou impeçam a exata compreensão de seu conteúdo, devendo constar, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a proposta comercial e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone, *e-mail* (**que será obrigatoriamente utilizado para cadastramento no Sistema Eletrônico de Informação - SEI - TJMG**), bem como o nome do banco, número da conta e a respectiva agência na qual deseja receber seus créditos;
- b) especificações técnicas e outros elementos exigidos no Termo de Referência/Projeto Básico e anexos, de modo a identificar o objeto licitado;
- c) preços unitário e total de todos os itens que compõem o lote, em moeda corrente do País, observando o número máximo de 02 (duas) casas decimais;
- d) valor global em moeda corrente nacional e por extenso;
- e) data e assinatura do representante legal do Licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura;
- f) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública;
- g) discriminação dos preços COM ICMS e SEM ICMS, quando aplicável.

7.4.3. A proposta que desatender os critérios acima não será aceita pelo Pregoeiro ou Comissão de Contratação, acarretando a desclassificação do certame, caso eventuais vícios não sejam sanados.

7.4.4. As declarações contidas no Anexo III, deverão ser enviadas pelo sistema juntamente com a proposta ajustada.

7.5. DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES À PROPOSTA AJUSTADA

7.5.1. DAS PLANILHAS VINCULADAS À PROPOSTA AJUSTADA

7.5.1.1. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pelo Tribunal, o Licitante classificado em primeiro lugar será convocado para **apresentar Planilha por ele elaborada**, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta.

7.5.1.1.1. O disposto no subitem 7.5.1.1 não se aplica quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.5.1.1.2. A planilha deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora, com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, e, conforme o caso, do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas – BDI, dos Encargos Sociais – ES, ou da composição dos Lucros e Despesas Indiretas – LDI.

7.5.1.2. Os valores apresentados por meio das planilhas indicadas nos subitens 7.5.1.1 e 7.5.1.1.2 serão utilizados para elaboração do cronograma físico-financeiro, quando exigido, e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.5.1.3. Erros no preenchimento das planilhas não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo Licitante, no prazo mínimo de 02 (duas) horas ou outro prazo estabelecido pelo Pregoeiro ou Comissão de Contratação, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro ou da Comissão de Contratação, desde que sejam observados os critérios de aceitabilidade dos preços previstos neste Edital.

7.5.1.3.1. A proposta cujo preço unitário estiver acima do valor unitário de referência poderá ter seus valores adequados da seguinte forma:

- a) readequação não linear dos preços unitários, a critério do Licitante, respeitado como limite máximo o valor global final ofertado, desde que os preços unitários finais sejam menores ou iguais aos preços unitários da proposta inicial;
- b) aplicação do desconto percentual linear dos preços unitários da proposta inicial, calculado a partir da diferença entre o valor global da proposta vencedora e o valor global da respectiva proposta inicial, dividida pelo valor global inicial;

7.5.1.3.1.1. Excepcionalmente, quando o preço total ofertado for aceitável, mas os unitários que o compõem necessitarem de ajustes aos estabelecidos neste Edital, será possível ao Licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a adequação dos preços unitários constantes de sua proposta, observados os valores unitários máximos estimados.

7.5.1.3.2. O prazo previsto no subitem 7.5.1.3 poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro ou da Comissão de Contratação, quando constatada sua insuficiência para a correção dos erros verificados.

7.5.1.4. O ajuste de que trata o subitem 7.5.1.3. se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, não sendo admitida majoração do preço global da proposta vencedora.

7.5.1.5. Os documentos complementares, que devem ser apresentados neste certame juntamente com a proposta ajustada, são os seguintes:

- a) Nome do software, fabricante e o tipo de licenciamento do software;
- b) Documentação do software indicando o licenciamento do produto para o mínimo de 140 (cento e quarenta) usuários simultâneos ou declaração do fabricante;
- c) Sítio do fabricante com documentação que comprove o atendimento aos requisitos exigidos na declaração de Anexo V do TR ou Declaração de Acessibilidade e usabilidade do software (modelo Anexo V do TR);
- d) Relação dos modelos dos equipamentos, indicando sítio ou catálogo oficial do fabricante constando relação dos requisitos.

7.5.2. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

7.5.2.1. Caso haja exigência de apresentação de amostra, o Licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.2.1.1. Por meio de mensagem no sistema, serão divulgados:

- a) o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- b) os resultados das avaliações.

7.5.2.1.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro ou Comissão de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do Licitante será desclassificada.

7.5.2.2. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta do segundo classificado, seguindo-se com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1.1. A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, iniciando-se a análise da documentação de habilitação do Licitante detentor da proposta mais vantajosa.

8.1.2. Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do Licitante mais bem classificado.

8.1.3. A documentação de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída, total ou parcialmente, pelo CRC Certificado de Registro Cadastral – CRC do CAGEF.

8.1.4. Será enviada por meio do sistema eletrônico a documentação não contemplada no CRC, inclusive as declarações elencadas no subitem 8.8, em formato digital, no prazo mínimo de 02 (duas) horas ou outro prazo estabelecido, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro ou Comissão de contratação.

8.1.5. Constitui obrigação do Licitante a verificação da validade dos documentos constantes de seu Certificado de Registro Cadastral – CRC.

8.1.5.1. Na eventualidade de constar(em) documento(s) vencido(s) no CRC, é facultado ao Pregoeiro ou à Comissão de Contratação a obtenção desses documentos junto a sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões.

8.1.5.2. Na eventualidade de constar(em) documento(s) vencido(s) no CRC, e não sendo possível ao Pregoeiro ou à Comissão de Contratação atualizá-los na forma do subitem 8.1.5.1., é dever do Licitante apresentar documento(s) substitutivo(s), válido(s) e regular(es), observado o prazo previsto no subitem 8.1.4., sob pena de inabilitação.

8.1.5.3. Não havendo prazo de validade expresso na certidão, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de emissão do documento.

8.1.6. Constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, a obtenção de documentos, pelo Pregoeiro ou Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, não se responsabilizando o Tribunal por eventual indisponibilidade dos sistemas.

8.1.6.1. Ocorrendo indisponibilidade dos sistemas e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o Licitante será inabilitado.

8.1.7. O Pregoeiro ou a Comissão de Contratação verificarão a autenticidade dos documentos apresentados.

8.1.7.1. Em caso de dúvida quanto à autenticidade de qualquer documento, abrir-se-á prazo de 01 (um) dia útil para apresentação da documentação comprobatória da autenticidade, sob pena de inabilitação.

8.1.8. O Licitante que participar como matriz deverá apresentar todos os documentos em nome da matriz; e, se participar como filial, deverá apresentar todos os documentos em nome da filial, *exceto*:

- a) os documentos que devam ser emitidos, obrigatoriamente, em nome da matriz; e
- b) os atestados de capacidade técnica, os quais poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do Licitante.

8.1.9. As ME e EPP e equiparadas deverão apresentar os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes contenham alguma restrição.

8.1.9.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal, para regularização da documentação.

8.1.9.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e/ou trabalhista, por igual período, dependerá de requerimento devidamente fundamentado e dirigido ao Pregoeiro ou à Comissão de Contratação, devendo ser apresentado dentro dos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

8.1.9.3. O prazo para regularização é restrito aos documentos referentes à regularidade fiscal e trabalhista, não se estendendo aos documentos relativos à habilitação jurídica, à habilitação social, à qualificação técnica e econômico-financeira e às declarações previstas no subitem 8.8.

8.1.9.4. Não havendo regularização da documentação fiscal e trabalhista no prazo previsto neste Edital, decairá o direito à contratação, sendo facultado ao Tribunal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou ainda revogar a licitação.

8.1.10. Entregues os documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações, desde que necessário para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

8.1.11. Na hipótese de o Licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.1.12. Com vistas à conferência da autenticidade e confirmação da integridade dos documentos para fins de habilitação, estes deverão ser preferencialmente gerados digitalmente com a respectiva assinatura digital.

8.1.13. O Licitante responderá pela veracidade da declaração previamente prestada no sistema eletrônico quanto ao cumprimento dos requisitos de habilitação.

8.1.14. O Licitante que atender às exigências para habilitação fixadas neste Edital, será declarado habilitado.

8.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1. Para a habilitação jurídica será verificada a comprovação da documentação a seguir relacionada:

- a) Para Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- b) Para Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Para Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Para Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou Sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Para Sociedade por Ações:** inscrição do ato constitutivo, estatuto social devidamente registrado, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- f) Para Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Para Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro no qual tem sede a matriz;
- h) Para Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 1971](#).
- i) Para Agricultor Familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 2º do Decreto Federal nº 11.802, de 2023](#).
- j) Para Produtor Rural:** cadastro informatizado da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG), conforme estabelecido pelo Decreto nº 45.030, de 2009 ou matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEL, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física.
- l) Para Sociedade Empresária Estrangeira:** Portaria de Autorização de Funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.2.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.3.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a)** inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)** inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- d)** regularidade perante as Fazendas estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante;
- e)** regularidade relativa ao FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- f)** regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

8.3.2. Caso o Licitante alegue isenção de qualquer dos tributos relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.4.1. Para a habilitação econômico-financeira será verificada a comprovação da documentação a seguir relacionada:

- a)** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- b)** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do Licitante;

8.5. DA HABILITAÇÃO DAS COOPERATIVAS QUANDO APLICÁVEL:

8.5.1. Será exigida a seguinte documentação complementar para as Cooperativas:

- a)** Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei Federal nº 5.764 de 1971](#);
- b)** Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c)** Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- d)** Registro previsto no art. 107 da [Lei Federal nº 5.764 de 1971](#);
- e)** Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f)** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- f.1)** ata de fundação;
- f.2)** estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- f.3)** regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- f.4)** editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- f.5)** três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f.6)** ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g)** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei Federal nº 5.764 de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.6. DA HABILITAÇÃO PARA CONSÓRCIOS QUANDO APLICÁVEL:

8.6.1. Cada membro do consórcio deverá satisfazer individualmente as condições de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, previstas neste Edital e ainda, adicionalmente:

8.6.1.1. Para a habilitação jurídica: apresentar termo de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, na forma da legislação aplicável, do qual deverão constar os requisitos do [art. 279 da Lei Federal nº 6.404, de 1976](#) e ainda:

- a)** indicação da empresa líder, que detenha a maior participação no Consórcio, sendo a responsável principal perante o Tribunal, e que deverá ter poderes expressos para representar o Consórcio em todas as fases do procedimento de contratação, podendo inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contrato e praticar todos os atos necessários à fiel e perfeita execução do objeto do Contrato, até o término de sua vigência;
- b)** compromisso expresso de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados em Consórcio, em relação à licitação, e posteriormente, ao Contrato, até o recebimento definitivo do objeto pelo Tribunal;
- c)** compromisso de que o Consórcio não terá sua composição ou constituição alterada, ou, sob qualquer forma modificada, sem prévia anuência do Tribunal, até o recebimento definitivo do objeto do Contrato;
- d)** compromisso expresso de que o Consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros;
- e)** compromissos, obrigações e definição da participação individual (percentual) de cada consorciado e seu percentual financeiro em relação ao objeto desta licitação e do Contrato;
- f)** duração do Consórcio, no mínimo, pelo prazo de vigência do Contrato, se este vier a ser firmado;
- g)** declaração expressa dos consorciados de que providenciarão, até a assinatura do Contrato, o arquivamento do instrumento de constituição do consórcio na respectiva Junta Comercial, devendo a certidão do arquivamento ser publicada;

8.6.1.1.1. O Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio deverá ser acompanhado do respectivo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor de todas as empresas participantes.

8.6.1.2. Para habilitação técnica: havendo necessidade de comprovação de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado, nos mesmos moldes exigidos do licitante individual, para fins de atendimento do quantitativo mínimo exigido em cada parcela de maior relevância.

8.6.1.3. Para habilitação econômico-financeira: havendo necessidade de comprovação de habilitação econômico-financeira, deverão ser observadas as seguintes regras:

a) Quando houver exigência de índices contábeis, estes deverão ser atendidos individualmente por cada membro do consórcio;

8.6.2. Cada empresa do consórcio deverá apresentar as declarações contidas no Anexo III;

8.6.3. Há responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

8.6.4. O licitante adjudicatário é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 8.6.1.1.1.

8.6.5. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo Tribunal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio atende, no mínimo, os mesmos requisitos comprovados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

8.7. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

8.7.1. Atestado(s) fornecido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando desempenho anterior na execução de contratos de fornecimento de **solução de controle de acesso predial** composta de *software e equipamentos de acesso*, incluindo *serviço de suporte técnico e manutenção*, para um período de 12 (doze) meses, contemplando no mínimo 220 (duzentos e vinte) equipamentos.

8.7.1.1. Será admitido o somatório de atestados para comprovação do quantitativo estabelecido acima, desde que pelo menos 01(um) atestado contemple no mínimo 30% (trinta por cento) desse total.

8.7.1.2. Será admitido para comprovação da exigência acima o fornecimento de equipamentos por meio das modalidades de aquisição ou locação.

8.7.2. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Dados do licitante: nome e CPF/CNPJ;

b) Dados da empresa contratante: nome, razão social, CNPJ, endereço;

c) Descrição detalhada dos serviços executados permitindo a verificação da compatibilidade com o objeto da licitação;

d) Dados do emissor do atestado: nome e contato;

e) Local, data de emissão e assinatura do emissor.

8.7.2.1. O Tribunal poderá realizar diligências para esclarecer quaisquer dúvidas ou informações omissas, ou para complementar dados apresentados.

8.8. DAS DECLARAÇÕES:

8.8.1. A habilitação do Licitante dependerá, além dos demais documentos previstos neste Edital, da apresentação das seguintes declarações, conforme modelos em anexo:

a) Declaração de que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de dezoito anos, ou em qualquer trabalho, menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do [art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal](#).

b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as demais reservas de cargos previstas na legislação brasileira.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de Licitantes e à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021](#).

9.2. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar, de forma imediata, sua intenção de recorrer, no prazo máximo de 10 (dez) minutos, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio**, sob pena de preclusão.

9.3. O juízo de admissibilidade recursal será realizado pelo Pregoeiro ou Comissão de Contratação após a etapa de manifestação de intenção de recorrer, ao final da etapa de habilitação.

9.4. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da notificação acerca da conclusão do juízo de admissibilidade.

9.4.1. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data final do prazo previsto no subitem anterior, pelas mesmas formas de apresentação do recurso.

9.5. Será assegurada ao Licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6. As razões e contrarrazões recursais serão dirigidas ao Pregoeiro ou à Comissão de Contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará, motivadamente, o recurso à autoridade superior.

9.6.1. A autoridade superior deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.7. Caberá pedido de reconsideração, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da intimação do ato do qual não caiba recurso hierárquico.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração conferirão efeito suspensivo à decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. Na ausência de manifestação de intenção de recorrer pelos licitantes, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.10. Não serão conhecidos recursos interpostos sem observância da forma e do prazo estabelecidos neste Edital.

9.11. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

10. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, bem como exauridos os recursos administrativos, a autoridade superior poderá:

a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.2. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

11. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

11.1. Será exigida a garantia da contratação, nos moldes do [art. 96 Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas no Termo de Referência/Projeto Básico anexo a este Edital e nas cláusulas do contrato.

11.2. Homologado o certame, o Adjudicatário deverá informar à GECONT/CONTRAT, por meio do endereço eletrônico contrat@tjmg.jus.br, com cópia para cofis@tjmg.jus.br, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a modalidade de garantia da contratação que pretende ofertar, condicionada a uma das previstas no [art. 96 Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

11.2.1. A modalidade de garantia a ser ofertada poderá ser indicada na proposta ajustada, condicionada a uma das previstas no [art. 96 Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

11.3. Em caso de opção pela modalidade do seguro-garantia, o Adjudicatário deverá apresentá-la no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data da homologação do certame.

11.3.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3.1. A apólice do seguro-garantia deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico contrat@tjmg.jus.br, com cópia para cofis@tjmg.jus.br, observadas as condições previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, bem como o prazo estabelecido no subitem anterior."

11.3.2. A aprovação da apólice do seguro-garantia é requisito essencial para a convocação do Adjudicatário para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.3.3. Na hipótese de incidência de garantia adicional deverá ser observado o procedimento previsto no subitem 7.3.5.1. e seguintes.

11.4. A oferta de garantia nas modalidades caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização deverá observar as disposições da minuta de contrato anexo a este Edital.

12. DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

12.1. Após a homologação, o Adjudicatário será convocado para assinar eletronicamente o termo de contrato, ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do Adjudicatário, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo Tribunal.

12.2. Será facultado ao Tribunal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato ou aceitação do instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

12.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 12.2, o Tribunal, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste Edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo Tribunal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e, quando aplicável, à imediata perda da garantia de proposta em favor do Tribunal.

12.3.1. O disposto no subitem 12.3 não se aplica aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea "a" do subitem 12.2.1.

12.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.5. Antes de formalizar a contratação, o Tribunal:

a) verificará a regularidade fiscal do adjudicatário;

b) consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar com a Administração Pública Estadual (CAFIMP); **c)** emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas.

12.5.1. Os documentos referidos nas alíneas "a" a "c" do subitem anterior serão juntados aos autos do respectivo processo.

12.5.2. Na eventualidade de constar(em) documento(s) vencido(s) no CRC, e não sendo possível atualizá-los na forma do subitem 8.1.5., é dever do Adjudicatário apresentar documento(s) substitutivo(s), válido(s) e regular(es), no prazo de 02 (dois) dias úteis.

12.6. Consideram-se presentes no instrumento equivalente ao termo de contrato, independentemente de transcrição, todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, além de outras fixadas na proposta vencedora e necessárias à fiel execução do objeto.

12.6.1. É condição para o envio eletrônico do instrumento equivalente ao termo de contrato, ou para disponibilização do termo contratual para assinatura:

a) Cadastramento do(s) representante(s) legal(is) do Adjudicatário no Sistema Eletrônico de Informação - SEI/TJMG, observadas, para o cadastro, as disposições constantes do Anexo II;

b) Declaração de não enquadramento às hipóteses de Nepotismo, na forma dos art. 2º e 4º da [Resolução CNJ nº 07 de 2005](#), conforme modelo em anexo;

12.6.1.1. A disponibilização do termo contratual para assinatura depende, além dos documentos descritos nas alíneas "a" e "b" do subitem 12.6.1, do encaminhamento da planilha de composição de custos e formação de preços do objeto, discriminando as parcelas representativas do preço, em especial custos diretos, Lucro, BDI quando for o caso, e impostos diretos, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo IV.

12.6.1.1.1. O disposto neste subitem não se aplica quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

12.6.1.1.2. O disposto neste subitem não se aplica quando a Planilha de Custos e Formação de Preços for exigida juntamente com a proposta.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado durante o certame;

13.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.2.1. Considera-se não manutenção de proposta, dentre outras hipóteses:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) deixar de apresentar amostra;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Considera-se não celebrar o contrato a recusa, sem justificativa, a assinar o termo de contrato, ou a aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Tribunal;

13.1.3.2. A não celebração do contrato no prazo estabelecido pelo Tribunal caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e, quando aplicável, à imediata perda da garantia de proposta em favor do Tribunal.

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. Fraudar a licitação

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

13.2. Serão aplicadas ao Licitante que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.7, bem como as descritas nos subitens 13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

c) Multa, observado o limite percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do orçamento estimado para a Licitação, a ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da sanção.

c.1) Para as infrações previstas nos subitens 13.1.1, 13.1.2., 13.1.3. e 13.1.4., a multa será de 0,5% a 15% do valor do orçamento estimado para a Licitação.

c.2) Para as infrações previstas nos subitens 13.1.5, 13.1.6., 13.1.7. e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do orçamento estimado para a Licitação.

13.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação da sanção.

13.3.1. Na hipótese de multa, se esta não for recolhida no prazo estabelecido no subitem **13.3**, o valor da multa aplicada poderá ser compensado em créditos constituídos em favor do Licitante ou cobrado judicialmente.

13.3.2. Se a multa aplicada for superior ao valor de créditos eventualmente devidos pelo Tribunal ao Licitante, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

13.3.3. A atualização do valor das multas dar-se-á de acordo com o que prescreve o [art. 50 do Decreto nº 46.668](#), de 15 de dezembro de 2014.

13.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei Federal nº 14.133](#), de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.4.1. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do [art. 157 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o TRIBUNAL;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei Federal nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.7. A personalidade jurídica do Licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.8. O TRIBUNAL, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.9. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP, devendo o Licitante ser descredenciado junto ao Cadastro de Fornecedores, por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.10. Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pelo Licitante deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas.

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

13.12. Os débitos do Licitante resultante de multa administrativa e/ou indenizações aplicadas em consequência deste Edital, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo TRIBUNAL decorrentes de contratos administrativos que o Licitante possua com o TRIBUNAL.

13.13. Sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, os atos lesivos à Administração Pública previstos na [Lei Federal nº 12.846, de 2013](#), sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei, conforme disposições da [Resolução nº 880/2018/TJMG](#), do Órgão Especial deste Tribunal, que institui e regulamenta o Processo Administrativo de Responsabilização - PAR no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e do Manual do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, instituído pela [Portaria da Presidência nº 4.713/2020/TJMG](#).

13.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Tribunal.

13.15. A apresentação de recurso e o pedido de reconsideração quanto à aplicação de sanções previstas neste Edital terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, observando-se os procedimentos previstos na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) e em regulamento próprio do Tribunal.

14. DA CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

14.1. As despesas referentes à execução da contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal, na(s) classificação(ões) econômica(s): **3.3.90.40.02 - Serviços de tecnologia da informação e 3.3.90.39.19 - Locação de máquinas e equipamentos.**

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. É facultado ao Licitante realizar vistoria para conhecer o local e as condições de realização do objeto licitado, hipótese em que o Tribunal disponibilizará datas e horários diferentes para os eventuais interessados.

15.2. O Pregoeiro ou a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins, respectivamente, de classificação e de habilitação, observado o disposto no [Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002](#).

15.2.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas aos saneamentos de que trata o subitem 15.2, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

15.3. No interesse do Tribunal, em qualquer fase da licitação, é facultado ao Pregoeiro ou à Comissão de Contratação:

a) promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo ou aferir a idoneidade dos Licitantes;

b) solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões.

15.4. Informações sobre o andamento desta licitação estarão à disposição dos interessados no Portal de Compras/MG, endereço eletrônico www.compras.mg.gov.br.

15.5. A participação na presente licitação importa em ciência do Licitante de que deve se abster de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no [art. 5º da Lei Federal nº 12.846](#) de 1º de agosto de 2013, bem como o seu compromisso em observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência, segurança jurídica, competitividade, celeridade, economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta do Tribunal, disponível no endereço eletrônico: <http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/informes/programa-de-integridade-do-tjmg.htm>.

15.5.1. A participação na presente licitação importa em ciência do Licitante de que, caso contratado, poderão ser solicitadas informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas à Integridade da empresa.

15.6. Este processo é eletrônico e estará disponível para vista mediante acesso do usuário externo pelo **Sistema Eletrônico de Informação - SEI - TJMG por meio do endereço eletrônico** https://sei.tjmg.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, mediante e-mail e senha pessoais e intransferíveis.

15.6.1. É de responsabilidade do Licitante realizar seu cadastro como usuário externo no Sistema Eletrônico de Informação - SEI - TJMG para vista ao processo eletrônico.

15.6.2. A solicitação de vista do processo eletrônico deverá ser enviada para o endereço eletrônico coali@tjmg.jus.br a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data de publicação do Edital, até 01 (um) dia útil antes da data da sessão pública.

15.6.2.1. A partir da data de abertura da sessão pública a vista será concedida desde que o processo não esteja concluso para análise interna.

15.7. A apresentação de proposta à presente licitação importa em aceitação expressa de recebimento de notificações por meio eletrônico, utilizando-se, preferencialmente, o Sistema Eletrônico de Informação do Tribunal – SEI/TJMG.

15.7.1. As notificações serão encaminhadas ao endereço eletrônico informado na proposta ajustada, no cadastro no SEI ou, na ausência desses, ao endereço eletrônico informado no CRC.

15.7.1.1. Em caso de não manutenção da proposta, as notificações ocorrerão por meio do endereço eletrônico registrado no CRC.

15.7.2. A ausência de manifestação expressa e tempestiva do Licitante ou Contratado após o encaminhamento de notificação por meio de um dos endereços eletrônicos previstos nos subitens anteriores poderá importar em declaração de revelia, devendo ser observados os prazos legais para defesa prévia e alegações finais.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

15.9. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.10. Salvo por ato do Pregoeiro ou da Comissão de Contratação, ou por disposição em contrário, a suspensão do expediente do Tribunal não implica em suspensão da contagem dos prazos previstos neste Edital.

15.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.12. É vedado caucionar ou utilizar a contratação para qualquer operação financeira.

15.13. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no [art. 125 da Lei 14.133, de 2021](#).

15.14. O Edital e seus anexos são complementares entre si, devendo ser lidos e interpretados na íntegra e conjuntamente, não sendo aceitas alegações de desconhecimento após encaminhamento da proposta.

16. DA REGÊNCIA

16.1. Esta Licitação é regida pela legislação abaixo descrita, dentre outras:

a) [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#);

b) [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#);

c) [Lei Federal nº 12.846, de 2013](#);

d) [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#);

e) [Decreto nº 48.723, de 2023](#);

f) [Resolução CNJ nº 400, de 2021](#);

g) [Portaria Conjunta nº 593/PR/2016](#).

17. DOS ANEXOS

17.1. São partes integrantes e inseparáveis do presente edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo I do TR - Requisitos;

Anexo II do TR - Relação das unidades do tribunal a serem implantadas e estimativas de pontos a serem instalados;

Anexo III do TR - (modelo) Termo de sigilo e confidencialidade;

Anexo IV do TR - Força de trabalho do TJMG nas unidades atendidas pela contratação;

Anexo V do TR- Declaração de acessibilidade e usabilidade do *software*;

Anexo VI do TR- Requisitos prova de conceito;

Anexo II - Regras para Cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal - SEI/TJMG;

Anexo III - Declarações referentes às Condições de Participação, Apresentação de Proposta e Habilitação;

Anexo IV - (modelo) Proposta Ajustada;

Anexo V - (modelo) Planilha de Custos e Formação dos Preços;

Anexo VI - Minuta do Contrato.^[1]

^[1]Minuta de contrato elaborada pela GECONT e previamente aprovada pela ASCONT

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. ÁREA DEMANDANTE

Gabinete de Segurança Institucional - GSI

2. OBJETO

Prestação de serviços continuados, sob o regime de locação, de Solução Integrada de Controle de Acesso Físico, incluindo o fornecimento de software de controle acesso em nuvem (SaaS), equipamentos (terminais de reconhecimento facial, catracas, câmeras de leitura de placas veiculares - LPR), serviços de implantação, configuração, treinamento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva para unidades do TRIBUNAL da Capital e Interior.

3. FUNDAMENTO

Atualmente, o controle de acesso predial no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) é realizado, na maior parte das unidades administrativas e jurisdicionais, por meio de mecanismos manuais e pouco eficientes, como o uso de planilhas eletrônicas. Além disso, algumas unidades fazem uso de sistemas desatualizados e/ou defasados, como o FORACESSO, cuja utilização, inclusive, não é recomendada, dada sua limitação técnica e ausência de atualizações.

No que se refere ao acesso de servidores e colaboradores terceirizados, a identificação se dá por meio de crachás funcionais, que são documentos oficiais e regulamentados no âmbito institucional. No entanto, embora sirvam para identificação visual, esses crachás não possuem integração ativa com os dispositivos físicos de controle, uma vez que suas tarjas de crachás com código de barras não são utilizadas nas catracas existentes. Tal cenário compromete a efetividade do controle de entrada e saída, tornando o mecanismo obsoleto, falho e suscetível a fraudes operacionais, além de ineficaz para o rastreamento e monitoramento dos acessos.

Embora existam catracas instaladas em diversas localidades do TJMG, não há, atualmente, qualquer mecanismo automatizado para o controle de acesso de veículos. Este processo ocorre de forma inteiramente manual, realizado pelos profissionais de vigilância e portaria, o que abre margem significativa para erros, fraudes e falhas operacionais. Esse fato evidencia a necessidade da adoção de tecnologias de leitura de placas veiculares, integradas a um sistema de gestão eficiente e centralizado.

Diante desse panorama, torna-se essencial a implementação de uma solução tecnológica moderna, segura e robusta, que atenda aos princípios da segurança institucional e aos desafios operacionais atuais. A demanda prevê a implantação de um sistema de controle de acesso biométrico por meio de reconhecimento facial, associado a um software de gestão dedicado, servidor de aplicação e aos respectivos mecanismos físicos (catracas com totens integrados), que permitirão a automação e o controle efetivo dos acessos de pessoas e veículos às unidades do TJMG.

A proposta de implementação inicial contempla unidades localizadas na capital e comarcas de entrância especial, abrangendo um total de 39 (trinta e nove) unidades.

Portanto, a presente demanda tem como escopo central corrigir as fragilidades existentes nos processos de controle de acesso físico, promovendo a modernização dos sistemas, a mitigação de riscos à segurança institucional, a padronização dos procedimentos e a melhoria da eficiência operacional. Este movimento está alinhado às melhores práticas de

segurança física, patrimonial e da informação, contribuindo diretamente para a preservação da integridade de magistrados, servidores, colaboradores e de todos os frequentadores das dependências do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Sem relação direta, consta no Plano de Contratações do GSI para o ano de 2026

5. QUANTITATIVOS E PREÇOS ESTIMADOS

Item	Código CATMAS	Serviço	Qtde de itens	Qtde meses	Unidade	Qtde (itens x meses)	Preço Unitário Estimado	Preço Total Estimado
1	000147150	Licença de <i>software</i> de controle de acesso (modo SaaS) hospedado em nuvem externa	1	57	Mês	57	R\$18.000,00	R\$1.026.000,00
2	000147087	Implantação da solução	1	-	Unidade	1	R\$515.314,20	R\$515.314,20
3	000147109	Treinamento remoto	2	-	Unidade	2	R\$6.000,00	R\$12.000,00
4	000147044	Operação assistida presencial (sob demanda)	6	-	Unidade	6	R\$11.000,00	R\$66.000,00
5	000145300	Locação de terminal facial	209	57	Unidade	11.913	R\$480,90	R\$5.728.961,70
6	000147400	Locação de catraca de acesso	136	57	Unidade	7.752	R\$770,60	R\$5.973.691,20
7	000147397	Locação de câmera de leitura de placas veiculares (LPR)	98	57	Unidade	5.586	R\$737,00	R\$4.116.882,00
							TOTAL(R\$)	R\$ 17.438.849,10

Observação: Em caso de divergência entre as especificações do objeto constantes deste Termo de Referência e aquelas descritas no Portal de Compras – MG, prevalecerão as do Termo de Referência.

5.1 Quantitativo e preço estimado dos Serviços de Instalação e Infraestrutura

Detalham-se, a seguir, os custos relacionados à implantação da solução, contemplando os serviços de instalação e configuração de equipamentos de acesso (incluindo logística) e de infraestrutura predial.

- a) Na implantação de um equipamento, pode ser necessário: instalação de equipamento mais serviço de infraestrutura predial para prover o cabeamento de rede e elétrico.
b) O valor total será considerado no **item 2 – Implantação da Solução**, garantindo a consolidação dos custos no processo de contratação.

Item	Serviço	Qtde Estimada	Preço Unitário Estimado	Preço Total Estimado
1	Serviço de instalação e configuração de equipamentos de acesso, incluindo logística	-	-	-
1.1	Instalação da catraca de acesso, incluindo terminais faciais	136	R\$380,00	R\$51.680,00
1.2	Instalação de câmera de leitura de placas	98	R\$370,00	R\$36.260,00
2	Serviço de infraestrutura predial	-	-	-
2.1	Execução de ponto elétrico, implantado a partir do disjuntor do quadro elétrico até o equipamento. Com circuito compartilhado. Incluindo fornecimento e instalação de materiais.	100	R\$453,67	R\$45.367,00
2.2	Execução de ponto de telecomunicações, CAT. 6, até 90 metros, implantado a partir de patch-panel até o equipamento. Incluindo fornecimento e instalação de materiais.	140	R\$1.871,48	R\$262.007,20
2.3	Execução de ponto de telecomunicações, com cabeamento de fibra óptica em área externa ou acima de 90 metros. Incluindo fornecimento e instalação de materiais.	100	R\$1.200,00	R\$120.000,00
VALOR TOTAL				R\$515.314,20

6. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO OBJETO

6.1. Requisitos da solução: Os requisitos mínimos de negócio e tecnológicos se encontram relacionados no Anexo I do TR.

6.2. Requisitos de capacitação

6.2.1. O treinamento deverá ser realizado de forma remota, em ambiente virtual, no idioma português, a ser disponibilizado pelo TJMG, ocorrendo em dias úteis e em horário comercial, conforme o calendário de funcionamento deste Tribunal. O agendamento deverá ser efetuado previamente junto ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

6.2.2. O treinamento será executado sob demanda até o quantitativo de turmas estimado na contratação.

6.2.3. Conteúdo Programático Mínimo

O treinamento deverá abranger, no mínimo, os seguintes tópicos:

- a) Visão geral da solução de controle de acesso (componentes físicos e lógicos);
b) Operação do sistema de gestão (cadastro de usuários, regras de acesso, geração de relatórios);
c) Funcionamento dos terminais faciais, catracas e câmeras LPR;
d) Procedimentos em contingência (falha de internet ou sistema);
e) Boas práticas de segurança e LGPD relacionadas à operação da solução;
f) Suporte básico e encaminhamento de chamados.

6.2.4. A carga horária do treinamento será de no mínimo 4 (quatro) horas.

6.2.5. Cada turma deverá ter um número de participantes de 5 (cinco) a 20 (vinte) alunos.

6.2.6. O TRIBUNAL será responsável por disponibilizar a plataforma de videoconferência para a realização do treinamento. Além disso, todas as sessões poderão ser gravadas para posterior consulta e armazenamento no repositório de conhecimento institucional.

6.2.7. A CONTRATADA deverá fornecer material didático digital (PDF) e redigido em língua portuguesa, com o conteúdo abordado, instruções passo a passo, imagens ilustrativas do sistema e FAQ com as principais dúvidas.

6.2.7.1. Todo o material deverá ser entregue com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência ao início do treinamento para validação pelo TJMG.

6.2.8. A definição das turmas, participantes e carga horária total do treinamento ficará sob responsabilidade da área de negócio, em conjunto com a CONTRATADA.

6.2.9. O início das atividades, bem como a definição dos horários e períodos de realização do treinamento, será acordado entre o TRIBUNAL e a CONTRATADA.

6.2.10. O treinamento e o desempenho do instrutor serão avaliados pelos participantes por meio de formulários elaborados e aplicados pela EJEF.

6.2.11. Caso o instrutor ou o conteúdo do treinamento sejam considerados insatisfatórios pelos participantes, o TRIBUNAL poderá solicitar a substituição do instrutor ou ajustes no conteúdo programático, mesmo antes da conclusão do treinamento.

6.2.12. Após a finalização do treinamento, a EJEF realizará uma pesquisa de satisfação para avaliar a experiência dos participantes.

6.2.13. O TRIBUNAL analisará as avaliações e, caso o treinamento seja reprovado com base em pesquisa realizada pela EJEF, a CONTRATADA deverá refazê-lo, corrigindo os pontos de melhoria identificados.

6.3. Operação assistida sob demanda:

6.3.1. Operação assistida é o procedimento prestado sob demanda no qual o profissional da CONTRATADA auxilia os usuários recém-treinados acompanhando a utilização de todas as funcionalidades da solução e consiste em:

6.3.2. Corrigir possíveis condutas errôneas cometidas pelos usuários ao utilizarem a solução.

6.3.3. Responder às dúvidas dos usuários e solucionar possíveis problemas que possam ocorrer durante a utilização da solução.

6.3.4. Apresentar aos usuários informações que entender relevantes.

6.3.5. Cada operação assistida deverá ser realizada em pacote de 5 (cinco) dias úteis sequenciais (de segunda a sexta-feira, contabilizando 8 horas diárias).

6.3.5.1. Em situações excepcionais poderá ser acordado entre as partes a ampliação ou redução deste período.

6.3.5.2. Serão no máximo 6 (seis) pacotes de operações assistidas a serem executados no prazo máximo de 3 (três) meses após o término integral da implantação.

6.3.6. A operação assistida deverá ser realizada nas dependências do TJMG, em Belo Horizonte ou Região Metropolitana, cabendo à CONTRATADA disponibilizar equipe de apoio adequadamente dimensionada, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

6.3.6.1. Todos os profissionais envolvidos deverão possuir fluência em língua portuguesa, assegurando a adequada comunicação e execução das atividades.

6.4. Requisitos de implantação:

6.4.1. Requisitos técnicos de infraestrutura predial

6.4.1.1. A execução de infraestrutura deverá atender às normas técnicas nacionais e, na falta destas, as normas internacionais. Esta será de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

6.4.1.2. A seguir estão relacionadas as normas técnicas relativas à infraestrutura a serem observadas pela CONTRATADA:

- ABNT NBR 14565: Cabeamento de telecomunicações para edifícios comerciais;
- ABNT NBR 16869: Cabeamento estruturado;
- ABNT NBR 5410: Instalações elétricas em baixa tensão;
- ABNT NBR 5419: Proteção contra descargas atmosféricas;
- ABNT NBR 7288: Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de cloreto de polivinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1 kV a 6 kV;
- ABNT NBR 7286: Cabos de potência com isolamento extrudada de borracha etileno propileno (EPR, HEPR ou EPR 105) para tensões de 1 kV a 35 kV;
- ABNT NBR NM 247: Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750 V;
- NR 10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- NR 35: Trabalho em altura.

6.4.2. Antes da execução da instalação, a CONTRATADA deverá realizar levantamento técnico (relatório técnico com fotos) e elaborar projeto, com emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de projeto e execução.

6.4.3. Todas as infraestruturas deverão ser executadas pela CONTRATADA.

6.4.3.1. O cabeamento deverá ser categoria 6, LSZH.

6.4.3.2. Para as câmeras a serem instaladas em áreas externas ou com distâncias superiores a 90 (noventa) metros, deverá ser prevista infraestrutura em fibra óptica e alimentação elétrica.

6.4.3.3. Todas as recomposições deverão estar previstas e serem executadas de modo a ter o perfeito acabamento.

6.4.4. Os locais onde houverem catracas existentes, compete à CONTRATADA efetuar as suas retiradas e acomodá-las em local definido pelo TRIBUNAL na edificação.

6.4.5. Nos locais em que já exista infraestrutura previamente instalada, a CONTRATADA deverá realizar as adequações necessárias, garantindo que esta esteja em conformidade com as normas técnicas vigentes. Além disso, a CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para viabilizar o pleno funcionamento da solução.

6.4.6. O relatório e projeto deverão ser submetidos à aprovação da COINP. E o início da execução das infraestruturas será autorizado somente após a aprovação do TRIBUNAL.

7. PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

7.1 Do local de instalação dos equipamentos:

7.1.1. A implantação ocorrerá em 39 (trinta e nove) unidades do TRIBUNAL da Capital e Interior, conforme listagem no **Anexo II do TR**.

7.1.2. Os endereços completos dos locais de instalação serão informados à CONTRATADA após a assinatura do contrato.

7.1.3. Na ocorrência de mudança de endereços da localização dos equipamentos, não haverá alteração nos prazos, valores ou objeto.

7.2. Do Horário de implantação:

Os serviços de implantação e manutenção deverão ocorrer em horário de expediente do TRIBUNAL, salvo em casos excepcionais e previamente acordados para não impactar a operação.

7.3. Condições de entrega ou execução do serviço:

7.3.1. Os equipamentos e acessórios deverão ser fornecidos novos, de primeiro uso, em linha de produção, com a adoção de modelos não descontinuados de fábrica

7.3.2. Durante a execução do contrato, não se admite a utilização de peças ou componentes usados, salvo em situações excepcionais justificadas e com a anuência do TRIBUNAL. Fica ressalvada a possibilidade de aproveitamento das infraestruturas existentes, desde que estejam atendendo aos requisitos normativos ou que sejam devidamente adequadas pela CONTRATADA.

7.3.3. A CONTRATADA é responsável por toda a logística de entrega dos itens que compõem a solução nos locais relacionados no Anexo II do TR, sem ônus adicional para o TRIBUNAL.

7.3.4. Como parte da execução do cronograma de implantação, a CONTRATADA deverá atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos:

- Elaborar os relatórios e projetos, bem como encaminhá-los para aprovação do TRIBUNAL, visando a instalação dos equipamentos de acesso;
- Realizar a preparação e implantação do software no ambiente de nuvem, com a devida configuração da infraestrutura, aplicação de controles de segurança, integração com sistemas do TRIBUNAL, importação dos dados de cadastros funcionais e validação do ambiente. O TRIBUNAL deverá prestar todas as informações necessárias à CONTRATADA, visando a integração e importação de dados para o software;
- Executar o treinamento da solução;
- Implantar os equipamentos nas unidades de Belo Horizonte e do interior, executando a retirada do equipamento antigo e acondicionando em local indicado pelo TRIBUNAL (nos casos de substituição), instalação do equipamento, incluindo todo o cabeamento de rede e elétrico (onde for aplicável), configuração, conectividade com o ambiente em nuvem e testes de funcionamento, conforme o cronograma estabelecido;
- Garantir a validação técnica e funcional de todas as fases, com a emissão de aceite formal pelo TRIBUNAL como condição para o início da operação da solução.

7.4. Cronograma de Implantação: A implantação completa da solução deverá seguir o cronograma de atividades com seus respectivos prazos de entrega:

Fase	Atividade Principal	Prazo máximo em dias corridos	Início de contagem do prazo
1	Entrega e aprovação de metade dos relatórios técnicos e projetos	Até 30 dias	Após a assinatura do contrato
2	Entrega e aprovação do restante dos relatórios técnicos e projetos	Até 30 dias	Após a conclusão do item 1
3	Preparação e Implantação do Software no ambiente em nuvem	De 60 a 120 dias	Após a assinatura do contrato
4	Customização dos requisitos não nativos e não atendidos na Prova de Conceito, na fase de habilitação da licitação, sem ônus adicionais para o TRIBUNAL	Até 180 dias	Após a assinatura do contrato
5	Realizar o treinamento da solução	Até 15 (quinze) dias, podendo este prazo ser redimensionado, a critério do TRIBUNAL	Após a conclusão do item 3
6	Entrega e implantação dos Equipamentos nas Unidades de Belo Horizonte	Até 150 dias	Após a assinatura do contrato

7	Entrega e implantação dos Equipamentos nas Unidades do Interior, incluindo estrutura de cabeamento de rede e elétrico (onde for aplicável) para os equipamentos (Fase 1)	Até 210 dias	Após a assinatura do contrato
8	Entrega e implantação dos Equipamentos nas Unidades do Interior, incluindo estrutura de cabeamento de rede e elétrico (onde for aplicável) para os equipamentos (Fase 2)	Até 240 dias	Após a assinatura do contrato

7.4.1. A implantação dos equipamentos está condicionada à conclusão anterior da implantação do software de controle de acesso.

8. GARANTIA E/OU SUPORTE TÉCNICO

8.1. Das condições gerais:

8.1.1 O suporte técnico deve estar disponível e prestado em dias úteis, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados nacionais, das 8 às 18 horas.

8.1.2. A CONTRATADA deverá prover plataforma na web com acessos nomeados ao TRIBUNAL. Neste caso, todas as solicitações de suporte deverão ser abertas exclusivamente pelos usuários nesta plataforma.

8.1.3. Havendo indisponibilidade do serviço, a CONTRATADA deverá disponibilizar outros canais (e-mail e telefone) para as solicitações de suporte, e registrá-las posteriormente na plataforma.

8.1.4. Todos os chamados deverão ser registrados e o TRIBUNAL poderá consultá-los, via web, de modo que seja possível acompanhar e controlar a execução dos serviços.

8.1.5. O número de chamados para o suporte deverá ser ilimitado e não poderá haver restrições, por parte da CONTRATADA, de quantidade de horas despendidas para atendimento.

8.1.6. A categoria (priorização) do chamado deverá ser definida com base na criticidade do problema no momento de sua abertura. Esta poderá ser posteriormente reclassificada, em caso de erro na classificação e/ou após a correta identificação do problema.

8.1.7. Entende-se por prazo da solução de contorno o prazo máximo, contado a partir da abertura do chamado, para a CONTRATADA apresentar a solução paliativa para um problema. A solução de contorno não elimina a sua causa raiz, mas reduz o impacto causado pelo mesmo, restabelecendo a disponibilidade, ainda que parcial, das funções principais do software.

8.1.8. Entende-se por prazo da solução definitiva o prazo máximo, contado a partir da abertura do chamado, para a CONTRATADA apresentar uma solução que elimine definitivamente a causa raiz de um problema.

8.1.9. Um chamado somente poderá ser encerrado após a homologação pelo TRIBUNAL da solução definitiva apresentada pela CONTRATADA.

8.1.10. É de responsabilidade do TRIBUNAL a disponibilização das informações para a realização do atendimento

8.1.11. O TRIBUNAL poderá autorizar a prorrogação do prazo de solução de um chamado, desde que justificada pela CONTRATADA em razão da complexidade do mesmo, observando que o pedido de prorrogação deverá ser encaminhado antes do término do prazo da solução.

8.1.12. A justificativa de prorrogação deverá ser apresentada ao TRIBUNAL antes do término do prazo de solução definitiva do chamado. A autorização de prorrogação é totalmente discricionária do TRIBUNAL

8.1.13. O TRIBUNAL poderá interromper o atendimento de um chamado, de acordo com suas necessidades. A CONTRATADA deverá registrar a interrupção do atendimento para fins de suspensão da contagem do prazo de solução.

8.1.14. As solicitações de atendimento previstas no escopo do serviço de suporte devem ser executadas de acordo com os Níveis Mínimos de Serviços (NMS) estabelecidos.

8.2. Do software de controle acesso:

8.2.1. Os serviços de suporte técnico do software deverão ser prestados prioritariamente de forma remota, via plataforma virtual ou acionamento remoto ou telefone ou e-mail, sem ônus adicionais ao TRIBUNAL.

8.2.2. O escopo do serviço de suporte ao software engloba as seguintes atividades:

- Esclarecimento de dúvidas de utilização da solução;
- Resolução de problemas e erros da solução, incluindo quaisquer itens adicionais que venham a ser fornecidos no âmbito da contratação como customizações, dados fornecidos, dicionários de dados e integrações;
- Investigação de problemas no desempenho, lentidão e quaisquer outras anomalias, apontadas pelo Tribunal, incluindo também os problemas relacionados a incidentes de segurança;
- Situações correlatas que requeiram o acionamento da equipe técnica da contratada;
- Atualização de versões e releases.

8.3. Dos equipamentos:

8.3.1. A manutenção preventiva é compreendida por uma visita, conforme programa de manutenção, a ser efetuada no local onde os equipamentos se encontram instalados, para inspeção, teste e verificação, ajustes mecânicos, lubrificação e limpeza geral, calibração e medições, bem pela substituição de peças defeituosas, por conta da CONTRATADA, quando necessário, na frequência discriminada a seguir:

a) **Na Capital:** semestralmente;

b) **No interior:** deverá ser realizada quando a CONTRATADA visitar determinada Comarca para a realização de manutenção corretiva em algum equipamento da localidade. A periodicidade, neste caso, é anual.

8.3.2. A **manutenção corretiva** compreenderá o conserto, a substituição de peças defeituosas e o teste de verificação, por conta da CONTRATADA, após abertura de chamado pelo TRIBUNAL, sempre que ocorrerem defeitos nos equipamentos, independentemente do número de abertura de chamados.

8.3.3. A cobertura de peças, quando a necessidade de correção derivar de agentes externos, tais como, uso indevido, vandalismo e exposição a água, será objeto de orçamento à parte, prévia e expressamente aprovado pelo TRIBUNAL, sendo que o constante do menor valor será o ressarcido pelo TRIBUNAL.

8.3.4. Para os serviços de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá emitir um Relatório de Atendimento Técnico - RAT, devendo constar no relatório os dados relacionados: ao chamado registrado, à identificação do equipamento danificado, à data/hora do início do atendimento, à data/hora da solução do problema, à descrição do problema e sua solução, a peças trocadas, ao técnico que prestou o atendimento, dentre outras informações que julgar pertinentes.

8.3.5. A CONTRATADA deverá garantir o pleno funcionamento de todos os componentes da solução durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela substituição de equipamentos que apresentem defeitos ou desgaste, sem ônus adicional para o TJMG.

9. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO - NMS

9.1. Níveis mínimos de serviço são critérios mínimos aceitáveis pelo TRIBUNAL de modo a aferir e avaliar diversos fatores relacionados ao cumprimento dos serviços contratados. Dentre estes critérios, incluem-se NMS de:

- atendimento de suporte técnico da solução;
- disponibilidade da solução.

9.2. Serão utilizados indicadores para os quais são estabelecidas metas quantificáveis e objetivas a serem cumpridas pela CONTRATADA.

9.3. Estes indicadores serão utilizados para medir o resultado da prestação de serviços, sendo que o seu não cumprimento lhe implicará em deduções (glosas) no pagamento, além da aplicação das demais sanções previstas.

9.4. Os indicadores deverão ser medidos do primeiro ao último dia de cada mês.

9.5. Prazos de atendimento da solução:

A tabela a seguir apresenta os prazos máximos de solução que serão utilizados para determinar se um atendimento ocorreu dentro ou fora do prazo:

a) Software de controle de acesso:

Categoria	Descrição	Prazo para solução de contorno	Prazo da solução definitiva
-----------	-----------	--------------------------------	-----------------------------

Prioridade Alta (P1)	Problemas que impeçam a utilização da Solução, com paralisação total, impossibilitando a utilização dos módulos.	10 horas úteis	20 horas úteis
Prioridade Média (P2)	Problemas que comprometam o funcionamento da Solução, causando uma paralisação parcial de funcionalidade crítica (arquivamento e desarquivamento) ou prejudicando a qualidade, o desempenho ou a produtividade na execução de uma atividade.	20 horas úteis	40 horas úteis
Prioridade Baixa (P3)	Resolução de dúvidas de utilização.	30 horas úteis	60 horas úteis

b) Equipamentos:

Tipo de manutenção	Localidade	Prazo de solução
Corretiva	Capital	2 (dois) dias úteis
	Interior	5 (cinco) dias úteis
Preventiva	Capital e Interior	Conforme agendamento

9.6. Disponibilidade da solução:

A tabela abaixo apresenta o percentual mínimo de disponibilidade da solução, incluindo o sistema e todos os ativos de infraestrutura necessários para suportar o sistema:

Percentual de disponibilidade	Período a ser apurado
Mínimo de 99,5%	24 x 7 (24 horas em 7 dias da semana)

9.7. Apuração dos serviços de atendimento de suporte técnico:

9.7.1. O início da contagem do tempo de solução inicia-se a partir do momento em que a solicitação de atendimento é registrada junto à CONTRATADA.

9.7.2. A medição será feita através da verificação de todas as solicitações de fechadas dentro do mês de referência.

9.8. Apuração da disponibilidade do software de controle de acesso:

9.8.1. Para o cálculo da indisponibilidade serão consideradas todas as interrupções não programadas do serviço originadas pela CONTRATADA, sendo considerados os intervalos de tempo decorridos entre a queda e o restabelecimento do serviço.

9.8.2. Não serão consideradas interrupções cuja causa seja de responsabilidade do TRIBUNAL, que se aplica às integrações realizadas com sistemas do TRIBUNAL.

9.8.3. A CONTRATADA deverá comunicar com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis qualquer parada do software previamente programada, sendo que este período não será considerado para o cômputo do período de indisponibilidade.

9.8.4. A CONTRATADA deverá ser proativa na manutenção da disponibilidade do software. Isso inclui monitoramento contínuo, implementação de atualizações e melhorias regulares e resposta rápida a incidentes.

9.9. Indicadores de NMS:

9.9.1. Os indicadores descritos a seguir serão utilizados para o cálculo da remuneração dos serviços considerando a apuração dos cumprimentos dos prazos e Níveis Mínimos de Serviços previstos.

9.9.2. O indicador denominado "Indicador de Atendimento de Chamados (IAC)" está relacionado às Solicitações de Atendimento de Suporte Técnico, que deverá ser prestado pela CONTRATADA ao longo da vigência do contrato.

9.9.3. O indicador denominado "Indicador de Disponibilidade (IDS)" se relaciona diretamente com a disponibilidade da solução informatizada.

9.9.4. Para efeitos de cálculos será utilizado o arredondamento de duas casas decimais para todos os valores.

9.9.5. Indicador de Atendimento de Chamados (IAC)

INDICADOR DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS (IAC)	
ITEM	DESCRIÇÃO
DESCRIÇÃO	Este indicador define o percentual de chamados atendidos dentro do prazo de solução exigido.
FINALIDADE	Garantir que os chamados de suporte técnico sejam atendidos e solucionados dentro do prazo de solução definitiva estabelecido.
META CUMPRIR	A No mínimo 90% dos chamados deverão ser solucionados dentro dos prazos de solução definitiva estabelecidos para o serviço de Suporte Técnico.
PERÍODO DE APURAÇÃO	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	O IAC SERÁ CALCULADO CONFORME A SEGUINTE FÓRMULA: $IAC = \frac{(CE * 0,5 + CA1 * 1,3 + CA2 + CA3)}{CT + CE + CA1 + CA2 + CA3}$ Onde: CE = Somatório de chamados encerrados no período de apuração com o NMS – NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO perdido. Corresponde ao somatório dos chamados encerrados no período de apuração, com o NMS – NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO perdido, seja na solução de contorno e/ou na solução definitiva. CA1 = Somatório de chamados da categoria P1 não encerrados no período de apuração com o NMS – NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO perdido há mais de 20 dias úteis. CA2 = Somatório de chamados da categoria P2 não encerrados no período de apuração com o NMS – NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO perdido há mais de 20 dias úteis. CA3 = Somatório de chamados da categoria P3 não encerrados no período de apuração com o NMS – NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO perdido há mais de 20 dias úteis. CT = Somatório de chamados encerrados no período de apuração dentro do NMS – NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO.

AJUSTE NO PAGAMENTO	No caso de IAC > 0,10, ou seja, não cumprimento da meta estabelecida, será aplicada a glosa associada ao percentual de desconto (PD), sobre o valor do serviço da Subscrição da solução com suporte técnico, conforme fórmula de cálculo apresentada a seguir: $PDIAC = (IAC - 0,10) * 100\%$ Onde: PDIAC = Percentual de desconto, limitado a 100%.
SANÇÕES ADICIONAIS	O não cumprimento das metas estabelecidas poderá ser configurado, a critério do TRIBUNAL, como inexecução da obrigação, estando a CONTRATADA sujeita às demais sanções previstas neste Edital.
INÍCIO DA VIGÊNCIA	A partir do início da operação da “Subscrição da solução”

9.9.6. Indicador de Disponibilidade do Software de controle de acesso (IDS)

INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DO SOFTWARE (IDS)	
ITEM	DESCRIÇÃO
DESCRIÇÃO	Este indicador define o percentual de disponibilidade do software
FINALIDADE	Garantir que o software esteja disponível no nível mínimo de serviço estipulado.
META A CUMPRIR	Percentual de disponibilidade do software
PERÍODO DE APURAÇÃO	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	Deve-se contabilizar o percentual de indisponibilidade inferior à meta estabelecida, se houver
AJUSTE NO PAGAMENTO	No caso de percentual de disponibilidade inferior à meta a cumprir, será aplicada glosa (ajuste no pagamento). Neste caso, para cada 0,1% de perda no indicador, haverá o desconto de 1% (um por cento) no valor mensal do serviço de Subscrição do software
SANÇÕES	O não cumprimento das metas estabelecidas poderá ser configurado, a critério do TRIBUNAL, como inexecução da obrigação, estando a CONTRATADA sujeita às demais sanções previstas neste Termo de Referência.
INÍCIO DA VIGÊNCIA	A partir do início da operação da “Subscrição do software”

10. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Implantação da solução

10.1.1. A CONTRATADA deverá entregar um plano executivo detalhado, compatível com o cronograma estabelecido no Prazo de Entrega, relacionando as tarefas de ambas as partes.

10.1.2. Qualquer mudança dos prazos de implantação deve ser comunicada com até 10 (dez) dias de antecedência, para análise e manifestação.

10.2. Sustentação dos serviços em operação

Mensalmente, a CONTRATADA deverá entregar ao TJMG:

- Relatório consolidado dos chamados de suporte técnico, encerrados e não encerrados com as seguintes informações: número do chamado, categoria, situação (encerrado ou não), descrição do problema, solicitante do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora das soluções de contorno (se houver) e definitiva, prazo de solução definitiva (em horas úteis), solução fornecida, informações sobre interrupção e quaisquer outras observações e informações necessárias para a correta apuração dos prazos de atendimento, em versão eletrônica, e em formato XLS ou CSV editáveis.
- Relatório que evidencie o percentual de disponibilidade da solução informatizada no período estipulado em versão eletrônica.

11. REGRAS DE MEDIÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. Ficam estabelecidos os indicadores a seguir para medição da entrega da solução informatizada:

- Atendimento de chamados (IAC);
- Disponibilidade da solução (IDC).

11.2. Outros serviços a serem medidos, passíveis de aplicação de sanção administrativa:

- Serviço de customização sob demanda;
- Atualizações de versões.

11.3. O cálculo dos indicadores IAC e IDC serão efetuados pelo TRIBUNAL para fins de definição do valor do faturamento dos serviços contratados, considerando possíveis glosas. Neste caso, o TRIBUNAL submeterá a memória de cálculo dos indicadores com o valor aprovado a ser faturado na periodicidade do serviço pela CONTRATADA, por meio de relatório padronizado.

11.4. Havendo discordância por parte da CONTRATADA, esta poderá solicitar uma reavaliação por parte do TRIBUNAL, para eventual retificação.

Recebimento Provisório

11.5. O recebimento provisório da implantação da solução será dado pelo TRIBUNAL após a disponibilização da solução completa em ambiente de produção próprio da CONTRATADA para início da operação da solução por parte do TRIBUNAL. O recebimento está condicionado à aprovação da implantação e será dada mediante recibo de recebimento provisório devidamente preenchido e assinado por servidores designados da área demandante.

11.6. O recebimento provisório do serviço sob demanda para customização da ferramenta será dado através da homologação da entrega realizada pela CONTRATADA.

11.7. O recebimento provisório do suporte técnico continuado será dado pelo TRIBUNAL por meio da aprovação dos relatórios mensais especificados como produtos do serviço.

11.8. A forma da disponibilização dos relatórios deverá ser acordada entre as partes.

Recebimento Definitivo

11.9 O recebimento definitivo será dado pelo TRIBUNAL após verificação da conformidade da entrega dos produtos e serviços descritos no recibo de recebimento provisório.

11.10 Neste caso, a conformidade da entrega dos produtos e a aprovação por parte do TRIBUNAL deverão também proceder com a apuração dos Níveis Mínimos de Serviços.

12. FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

12.1 O pagamento dos serviços contratados será realizado conforme as condições abaixo, em alinhamento com as fases do cronograma de implantação descritas no item 7.4 deste Termo de Referência:

- Subscrição do software de controle de acesso, incluindo atualização de versão e suporte técnico continuado (item 1): remuneração mensal, a partir do início da operação dos serviços;
- Treinamento remoto (item 3): O pagamento será efetuado após a realização de cada treinamento sob demanda, mediante comprovação da execução conforme condições estabelecidas;
- Operação assistida (item 4): O pagamento será efetuado após a conclusão de cada pacote, sob demanda, no faturamento mensal, mediante comprovação da execução conforme condições estabelecidas;
- Locação de equipamentos para unidades de Belo Horizonte e do interior (itens 5, 6 e 7): Pagamento mensal, proporcional à quantidade de equipamentos implantados com termo de aceite, conforme cada fase (BH, Interior Lote 1, Interior Lote 2).

12.2. O pagamento do serviço de Subscrição da solução e suporte técnico será realizado a partir do início da operação do sistema e estará condicionado ao cumprimento dos níveis mínimos de serviços, conforme definido no item "Níveis Mínimos de Serviço". O não atendimento às metas implicará em descontos (glosas) no pagamento.

12.3. O início da operação do sistema se dará a partir da implantação concluída do primeiro equipamento contratado.

12.4. O pagamento de cada serviço será realizado após o seu recebimento e aprovação, com ateste na nota fiscal correspondente.

12.5. O pagamento dos itens 5, 6 e 7 de equipamentos de acesso deverão ser proporcional ao número de dias corridos de utilização dentro do mês ("PRO-RATA"), nas fases de implantação e desativação da solução, conforme cronograma estabelecido pelo TRIBUNAL;

12.6. A CONTRATADA somente poderá emitir a nota fiscal após o recebimento definitivo dos serviços e aprovação pelo TRIBUNAL.

12.7. Reajuste: Conforme disposições da Minuta de Contrato - Anexo VI.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Conforme disposições da Minuta de Contrato - Anexo VI

14. OBRIGAÇÕES DO TJMG

Conforme disposições da Minuta de Contrato - Anexo VI

15. CONSÓRCIO OU SUBCONTRATAÇÃO

É permitida a participação de empresas em consórcios.

No caso da subcontratação, admite-se apenas a subcontratação dos serviços de manutenção dos equipamentos.

16. GARANTIA CONTRATUAL

Será exigida a prestação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do contrato.

17. VISITA TÉCNICA FACULTATIVA

17.1. Serão facultadas aos licitantes visitas aos locais onde serão prestados os serviços para conhecimento das condições dos locais de instalação dos equipamentos de acesso.

17.2. As visitas serão acompanhadas por representante(s)/administrador(s) do Tribunal na Unidade, no período das 08h às 17h em dias úteis, até a data anterior à prevista para apresentação das propostas, mediante agendamento prévio (mínimo de 24h) nas Unidades informadas no Anexo II.

17.3. Cada licitante terá seu horário agendado para que a vistoria tenha data e horário diferentes para os eventuais interessados.

17.4. Eventuais despesas inerentes às referidas visitas correrão por conta exclusiva dos licitantes.

18. VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1 O contrato vigorará por 60 (sessenta) meses, conforme estabelecido na Minuta de Contrato, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, sempre mediante a assinatura de Termo Aditivo, observado o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses previsto no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, não sendo admitida a forma tácita.

18.2. Cabe ressaltar que a vigência deverá abarcar o fornecimento e execução de todos os serviços e ainda um prazo para que o TRIBUNAL realize os pagamentos finais do contrato.

19. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. O gestor do contrato será o servidor ocupante do GSI (Gabinete de Segurança Institucional do TRIBUNAL), que designará o fiscal da área de negócio.

19.2. O fiscal técnico será o servidor ocupante do cargo de Coordenador da CORASIS (Coordenação de Aquisição de Sistemas Administrativos).

20. ANTICORRUPÇÃO

Conforme disposições da Minuta de Contrato - Anexo VI

21. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

21.1. É dever da CONTRATADA observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº. 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do Contrato com o TRIBUNAL, a finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

21.2. É vedada à CONTRATADA a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto do Contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

21.3. A CONTRATADA deverá adotar e manter medidas de segurança técnicas, administrativas e organizacionais adequadas a proteger os dados pessoais armazenados, processados, transportados ou transmitidos em decorrência do Contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, assim como mitigar possíveis riscos.

21.3.1. Ao avaliar o nível apropriado de segurança, a CONTRATADA deverá levar em conta os riscos que são apresentados pelo tratamento, em particular aqueles relacionados a incidentes de segurança com dados pessoais.

21.3.2. Em virtude da natureza sensível dos dados biométricos (templates faciais) tratados para a execução do presente Contrato, e em reconhecimento dos elevados riscos associados, a CONTRATADA deverá implementar e demonstrar a efetiva aplicação das seguintes medidas técnicas e de governança:

- a) armazenar exclusivamente templates biométricos irreversíveis, sendo vedado o armazenamento de imagens faciais brutas para fins de autenticação do usuário, excetuando-se imagens de eventos operacionais previstos na contratação.
- b) Implementar controle de acesso baseado em função e o princípio do menor privilégio para o acesso aos dados biométricos.
- c) Exigir autenticação multifator (MFA) para todos os utilizadores com perfis administrativos que possam aceder, gerir ou exportar dados biométricos.
- d) Manter um registro de auditoria detalhado, seguro e imutável de todas as operações realizadas sobre os dados biométricos, incluindo coleta, consulta, exportação e eliminação.

21.4. A CONTRATADA deverá observar as disposições previstas na Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRIBUNAL, instituída pela Portaria nº 6.084/PR/2023.

21.5. CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao TRIBUNAL a ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais objeto deste Contrato, para que o TRIBUNAL possa tomar as providências necessárias de comunicação, se aplicável, ao titular de dados pessoais e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, no prazo estipulado por regulamentação da ANPD.

21.6. Para a execução do objeto do Contrato, em observância ao disposto na Lei Federal nº. 13.709/2018 (LGPD), na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a CONTRATADA e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso e da divulgação, por este TRIBUNAL, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico.

21.7. A CONTRATADA se compromete também a:

(a) Assegurar que o acesso e o tratamento dos dados pessoais fiquem restritos aos colaboradores que precisem efetivamente tratá-los, com o objetivo único de alcançar as finalidades definidas no Contrato;

(b) Garantir que todas as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais estejam sujeitas a contratos de sigilo e/ou obrigações de confidencialidade, de forma expressa e por escrito, bem como devidamente instruídas e capacitadas para o tratamento de dados pessoais e conhecimento das obrigações da CONTRATADA.

21.8. Havendo autorização para contratar sub operadora de dados pessoais, a contraparte deve garantir que esta cumpra integralmente todas as disposições de proteção de dados estabelecidas no contrato.

21.8.1. A contraparte será responsável por qualquer descumprimento contratual, ato ilícito ou tratamento irregular praticado pela sub operadora na execução do contrato, bem como pelos prejuízos decorrentes dessas condutas.

21.9. Caso seja necessária a transferência internacional de dados pessoais para a execução do objeto contratual, a contraparte deverá realizá-la em estrita conformidade com a LGPD e com a Resolução CD/ANPD nº 19/2024, ou outra norma que venha a substituí-la, mantendo a documentação comprobatória da conformidade, disponibilizando-a ao TJMG sempre que solicitado.

21.10. Caso um titular de dados pessoais, autoridade responsável pela proteção de dados pessoais, ou terceiros requisitar à CONTRATADA informações ou a tomada de providências sobre o tratamento de dados pessoais relacionadas ao Contrato, a CONTRATADA deverá comunicar ao TRIBUNAL, no prazo máximo de 01 (um) dia útil a partir do recebimento da solicitação, por escrito, não devendo responder nenhuma solicitação até a instrução ou a autorização do TRIBUNAL.

21.11. Ao término do contrato, a contraparte deve cessar imediatamente o tratamento de dados pessoais, garantindo sua eliminação segura e definitiva, salvo nos casos em que a retenção seja necessária para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias.

21.11.1. Nos casos de retenção obrigatória, a contraparte deve apresentar ao TJMG, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o encerramento do contrato, um relatório contendo:

I - os dados retidos;

II - as justificativas legais ou regulatórias que fundamentam a retenção;

III - os logs e registros dos procedimentos de eliminação dos demais dados pessoais tratados no âmbito do contrato.

21.12. Quando requisitado, a contraparte deve fornecer, em até 05 (cinco) dias úteis, informações sobre as operações de tratamento de dados pessoais, especialmente aquelas necessárias para a elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD) pelo TJMG.

21.13. O TRIBUNAL reserva-se o direito de, a qualquer momento e mediante aviso prévio razoável, realizar auditorias e inspeções, diretamente ou por meio de terceiros por ele designados, para verificar o cumprimento das obrigações de proteção de dados e segurança da informação estabelecidas neste contrato. A CONTRATADA compromete-se a cooperar plenamente, disponibilizando todas as informações, documentos e acesso a sistemas e instalações necessários para demonstrar sua conformidade.

22. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

As partes tratarão confidencialmente todos os documentos, dados e informações que lhe forem fornecidos:

22.1. Os documentos, dados e informações produzidos ou guardados no âmbito deste contrato poderão ser disponibilizados, quando caracterizados como públicos, de forma ativa por meio da sua divulgação espontânea, ou por meio de requerimento encaminhado à unidade responsável pela tutela da informação solicitada, nos termos do artigo 7º da lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

22.2. Os documentos, dados e informações de que trata o item anterior poderão ser classificados nos termos dos artigos 23 e 24 da Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, sem prejuízo das demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça.

22.3. A CONTRATADA não é titular das informações por ela tratadas e/ou armazenadas. A liberação de acesso às informações depende de prévia autorização expressa do titular, nos termos e limites dispostos na Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

22.4. O acesso a informações de propriedade de um outro Órgão do Estado, ou de um outro Departamento deste Órgão, devem ser solicitadas a esse diretamente pelo TRIBUNAL.

22.5. O TRIBUNAL assume o compromisso de sempre permanecer em conformidade com as recomendações de segurança da informação e com os preceitos estabelecidos pela Política de Segurança da Informação da CONTRATADA.

22.6. O TRIBUNAL assume o compromisso de alertar, imediatamente, a CONTRATADA dos incidentes de segurança ocorridos e identificados nos seus ativos de tecnologia da informação (TI).

22.7. O TRIBUNAL assume o compromisso de indicar formalmente as pessoas autorizadas a solicitar intervenção em base de dados e auditoria em sistemas. Situações de substituição do(s) indicado(s) também deverão ser comunicadas à CONTRATADA.

22.8. O TRIBUNAL assume o compromisso de extrair diretamente do sistema informações de auditoria que sejam disponibilizadas pelo mesmo. A CONTRATADA somente realizará a extração quando o TRIBUNAL não possuir os mecanismos necessários para fazê-lo.

22.9. Fica estabelecido o Termo de Sigilo e Responsabilidade dos dados a ser assinado por representante legal da CONTRATADA, conforme modelo do Anexo III.

23. TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

23.1. Relativo aos equipamentos:

23.1.1. Como estratégia de transição, nos últimos 4 (quatro) meses de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá efetuar a desativação gradual dos serviços contratados, conforme cronograma a ser definido pelo TRIBUNAL, observando as condições geográficas e logísticas, de modo a possibilitar a migração para novo serviço contratado.

23.1.2. Quanto à devolução de recursos materiais, ao término da vigência do contrato, a CONTRATADA é a responsável pela retirada e logística de todos os equipamentos locados distribuídos nas unidades prediais da Capital e Interior do TRIBUNAL, sem ônus adicional para o TRIBUNAL, em até 20 (vinte) dias úteis.

23.2. Relativo ao software de controle de acesso:

23.2.1. A CONTRATADA deve apresentar um plano de transição detalhado que contemple a migração para o novo software de controle de acesso. Este plano deve ser apresentado com uma antecedência mínima de **180 (cento e oitenta) dias** antes do término do contrato, definindo cronogramas e responsabilidades.

23.2.2 A migração da base de dados de cadastros de usuários deve ser planejada e executada de forma a garantir a **continuidade da operação** e a **integridade de todas as**

informações. A CONTRATADA deverá:

- a) Realizar a migração em conjunto com a equipe do TRIBUNAL ou da nova solução, garantindo a validação dos dados migrados;
- b) Executar testes abrangentes para certificar que a nova solução esteja operando corretamente com os dados migrados.

23.2.3. Em caso de interrupção ou encerramento do contrato, a CONTRATADA deverá entregar integralmente toda a base de dados de cadastros de usuários e de qualquer outro dado relacionado ao Tribunal. A entrega deve atender aos seguintes critérios:

- a) A base de dados deverá ser entregue em um formato acordado entre as partes, que seja compatível e de fácil importação para a nova solução (por exemplo, SQL, CSV ou outro formato padrão).
- b) A entrega deverá incluir o **dicionário de dados** completo, detalhando cada campo, seu tipo de dado e sua finalidade, para garantir a correta interpretação e uso das informações.
- c) A entrega deverá ser realizada em um prazo pré-estabelecido após a notificação de encerramento, para evitar qualquer interrupção na prestação dos serviços do Tribunal.

23.2.4. Os dados entregues, bem como o dicionário de dados, serão submetidos à **validação e aprovação** por parte do Tribunal.

23.2.4.1. A CONTRATADA só será considerada liberada de suas obrigações contratuais relacionadas à base de dados após a confirmação de que todas as informações foram entregues de forma completa e correta.

23.2.4.2. Após a aprovação final, a CONTRATADA obriga-se a eliminar de forma segura e definitiva toda e qualquer cópia da base de dados em seu poder, garantindo a total privacidade e confidencialidade das informações do Tribunal. Esta eliminação deverá também contemplar todos os perfis de acesso ao sistema.

24. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - PROVA DE CONCEITO DO SOFTWARE

24.1. Caso necessário, o Pregoeiro poderá, subsidiado pelo apoio técnico desta licitação, ~~a seu critério~~ exigir a Prova de Conceito do software, podendo rejeitar a proposta cujas especificações verificadas na apresentação da solução não atenderem aos requisitos solicitados.

24.2. A data e o horário de realização da POC serão agendados pelo pregoeiro via *chat* da licitação, respeitado o prazo mínimo de 03(três) dias úteis, a contar da convocação, para apresentação da solução.

24.2.1. Caso seja necessário, a continuidade da sessão (POC) ocorrerá sempre no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente.

24.2.2. Qualquer alteração de data e horário será devidamente informada pelo pregoeiro no chat, podendo ocorrer postagens diárias.

24.3. Não será admitida, na Prova de Conceito, a utilização de software diferente do indicado pelo licitante arrematante em sua proposta comercial.

24.4. O licitante arrematante que não apresentar o software nas datas estabelecidas terá sua proposta desclassificada, sendo convocada a proposta subsequente.

24.5. O licitante arrematante deverá realizar Prova de Conceito (PoC), demonstrando que o software atenda, de forma nativa, ao percentual mínimo **93% (noventa e três por cento)** de requisitos, com base na relação de requisitos contida no Anexo VI - Prova de Conceito, que por sua vez referenciam os requisitos detalhados no Anexo I do TR.

24.5.1. O atendimento aos requisitos será aferido por meio da planilha auxiliar constante do Anexo VI do TR- Prova de Conceito.

24.6. O software deverá ser demonstrado via web pelo licitante arrematante, através de sessões a serem realizadas na solução de videoconferência do TRIBUNAL (em uso atualmente pelo TRIBUNAL: Google Meet).

24.6.1. Caso ocorram problemas técnicos de responsabilidade do TRIBUNAL que inviabilize a Prova de Conceito nas datas e horas especificados, serão agendadas novas datas.

24.7. Para otimizar a realização da Prova de Conceito, espera-se que o licitante arrematante apresente o atendimento aos requisitos de forma sequencial e evolutiva.

24.8. A comprovação do atendimento aos requisitos deverá se dar de forma progressiva e imediata ao solicitado, não sendo admitida qualquer simulação de atendimento, nem o atendimento parcial, desenvolvimento de funcionalidade durante a sessão da Prova de Conceito ou apresentação por meio de telas estáticas (imagens, slides ou outros).

24.9. O licitante arrematante deverá realizar a demonstração do atendimento aos requisitos através da geração de relatórios, apresentação de funcionalidades, consultas e cadastros de informações, movimentações e outros procedimentos de operação do software. Requisitos não funcionais poderão ser comprovados por meio de documentações.

24.10. Será de responsabilidade do licitante arrematante fornecer o software já dotado de informações e dados suficientes para a realização da Prova de Conceito.

24.11. A licitante deverá demonstrar os itens conforme as especificações exigidas neste edital. Caso ocorra erro em alguma funcionalidade durante a POC, a critério do TRIBUNAL, o requisito deverá ser ajustado e reapresentado em até 3(três) dias úteis.”

24.12. A transmissão da sessão pública da POC será aberta a todos os interessados na condição de ouvinte, ou seja, não lhes será permitida qualquer interferência na realização da prova, sendo limitada a participação de 2(dois) representantes por empresa, devendo ser previamente identificados ao pregoeiro.

24.13. Realizada a Prova de Conceito, o TRIBUNAL emitirá parecer conclusivo manifestando-se sobre o atendimento ou não das funcionalidades analisadas e ao Percentual mínimo de aderência aos requisitos. O parecer conclusivo será encaminhado à Coordenação de Apoio à Licitação (COALI), para prosseguimento do certame.

24.14. O software apresentado que não atenda às exigências do edital ensejará a desclassificação da proposta.

24.14.1. Caso o licitante que tenha sua proposta desclassificada não concorde com a avaliação, deverá aguardar a fase recursal para manifestação.

24.15. Serão de inteira responsabilidade do licitante todas as despesas para apresentação do software. Não caberá ao TRIBUNAL, sob qualquer hipótese, o pagamento de indenização em virtude da realização da demonstração, seja ela rejeitada ou não.

25. HABILITAÇÃO

Conforme item 8.7 do Edital.

26. MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL E PLANILHA DE CUSTOS

Conforme Anexo IV do Edital.

27. SANÇÕES

Conforme item 13 do Edital e disposições da Minuta de Contrato - Anexo VI.

ANEXO I DO TR - REQUISITOS

Requisitos de Negócio

1.1. Software de Gestão de Controle de Acesso

- 1.1.1. Ser fornecido com licença para gerenciamento de visitantes no controle de acesso;
- 1.1.2. Ser fornecido com licença para gerenciar todos os terminais de controle de acesso contratados;

- 1.1.3. Ser fornecido com licença para gerenciar todas as câmeras com analíticos de leitura de placa;
- 1.1.4. Deverá controlar e visualizar imagens de todas às câmeras contratadas;
- 1.1.5. Deverá ser licenciado para os analíticos especificados nas câmeras e terminais de controle de acesso;
- 1.1.6. O software deve possuir uma base de dados unificada e uma interface de gerenciamento central, para compartilhamento de informações e cooperação com vários serviços;
- 1.1.7. Deve ser capaz de gerenciar diversos serviços na mesma interface, como:
- Controle de Acesso;
 - Leitura de Placa;
 - Reconhecimento Facial.
- 1.1.8. A solução do software deve ser fornecida por um único fabricante ou empresa do mesmo grupo econômico. Todos os módulos de software, incluindo o sistema de gerenciamento principal e quaisquer componentes adicionais, devem ser nativos e compatíveis entre si.

1.2. Gestão de Usuários

- 1.2.1. Capacidade de cadastro e gerenciamento de diferentes tipos de usuários (como por exemplo: servidores, estagiários, advogados, terceirizados, visitantes/assistidos).
- 1.2.2. Capacidade de cadastro dos usuários, considerando as operações de inserção, atualização de dados e exclusão.
- 1.2.3. Funcionalidade para delegar e gerenciar níveis de acesso por setor.
- 1.2.4. Funcionalidade para configurar e aplicar horários de acesso específicos para cada perfil de usuário ou setor (como por exemplo: visitantes de 8h às 18h).
- 1.2.5. Deverá ser licenciado para atender **no mínimo 140 (cento e quarenta) acessos simultâneos**. Caso haja necessidade de ampliação dos acessos, o sistema deve permitir a expansão do número de usuários simultâneos por meio de um termo aditivo.

1.3. Controle de Acesso:

- 1.3.1. Registro de entrada e saída de usuários via reconhecimento facial.
- 1.3.2. Registro de entrada e saída de veículos via LPR.
- 1.3.3. Geração de logs detalhados de entrada e saída no banco de dados para rastreabilidade de todas as movimentações.
- 1.3.4. Processamento de dados de visitantes, incluindo busca por identidade.
- 1.3.5. Possibilidade de inserção de parâmetros de entrada (como blacklist).
- 1.3.6. Envio/reenvio de informações de usuários para os terminais faciais.
- 1.3.7. Capacidade de efetuar o descarte ou arquivamento de informações de visitantes após um período determinado para otimização do armazenamento no terminal facial (equipamento local), devendo estes no banco de dados do sistema permanecer com estes registros durante o prazo de vigência do contrato.

1.4. Aplicativo para dispositivos Móveis:

- 1.4.1. A solução deve incluir um aplicativo para dispositivos móveis Android e iOS, oferecendo, no mínimo, a funcionalidade de pré-cadastro facial para agilizar a liberação de acesso.

1.5. Relatórios e Análises:

- 1.5.1. Relatórios detalhados sobre o controle de acesso, com no mínimo as seguintes informações: usuário que passou (se entrada ou saída), equipamento e edificação onde passou, em que data e horário).
- a) Filtros: Permitir a filtragem dos relatórios por **usuário, período de datas, município e edificação**.
- 1.5.2. Relatórios detalhados sobre o controle de acesso, com no mínimo as seguintes informações: veículo que passou (entrada/saída), equipamento e edificação onde passou, em que data e horário).
- a) **Filtros:** Filtrar dados por veículo, tipo de movimento (entrada/saída) e período (data/hora).
- 1.5.3. Relatórios personalizados pelo usuário com possibilidade de selecionar campos ou por meio de APIs disponibilizadas pelo software.

1.5.4. Relatório de Movimentação

- 1.5.4.1. O software deverá ter a possibilidade de disponibilizar **relatórios ou um painel de controle** para que o TRIBUNAL possa consultar o histórico de movimentações (pessoas e veículos) do sistema de controle de acesso. Deve permitir:

- a). **Busca histórica:** Consultar movimentações durante o prazo de vigência do contrato.
- b). **Filtros:** Filtrar dados por usuário, veículo, tipo de movimento (entrada/saída) e período (data/hora).
- c). **Visualização:** Exibir os resultados de forma clara e acessível, utilizando tabelas, gráficos ou painéis.

1.6. Integração (requisito técnico):

- 1.6.1. Capacidade de integração com o sistema de Recursos Humanos (RH) do TJMG para atualização de informações de funcionários (servidores, terceirizados, cedidos), tais como: operações de inclusão, alteração de dados e exclusão.
- 1.6.2. Possibilidade de importação das fotos de crachás funcionais, a serem disponibilizadas pelo TJMG. Neste caso, a forma da disponibilização para importação deverá ser acordada entre as partes.

2. Requisitos tecnológicos

- 2.1.1. Quanto aos requisitos de segurança cibernética, a solução deverá:
- a) Assegurar controles e salvaguardas contra vulnerabilidades elencadas no OWASP Top 10 (<https://owasp.org/www-project-top-ten/>);
- b) Possuir logs e trilhas de auditoria;
- c) Possuir padrão de utilização do protocolo de SSL/TLS;

d) Realizar a autenticação de forma unificada utilizando padrão Keycloak (Oauth 2.0).

e) Deverá permitir a adoção de autenticação multifatorada (MFA).

2.1.2. Quanto aos requisitos de privacidade:

2.1.2.1. A CONTRATADA deverá assegurar que todas as atividades relacionadas estejam em plena conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, conforme cláusulas do contrato.

2.1.3. Quanto ao requisito de ambiente tecnológico:

a). A solução de controle de acesso deve ser fornecida na modalidade SaaS (Software as a Service), com hospedagem em nuvem no site do fabricante ou em data center por ele contratado. O data center de hospedagem da solução e banco de dados deve estar localizado no Brasil. Não deverá ser realizada a instalação de CPU física para o servidor de aplicação na infraestrutura do TJMG, sendo o acesso realizado via links de comunicação existentes.

b). A solução deverá ser compatível com os seguintes navegadores: Google Chrome e Mozilla Firefox para computadores com sistema operacional Windows, sem a necessidade de instalação de softwares adicionais.

c). A interface da solução voltada para os usuários deverá estar no idioma português do Brasil, não se aplicando ao ambiente de administração.

d). Configuração do domínio para acesso através do endereço: <https://tjmg.controleacesso.com.br>

2.1.4. Comunicação e Tráfego de dados:

a) Formato de Dados Otimizado: Todos os dados trafegados entre os equipamentos de campo (catracas, leitores biométricos, câmeras LPR) e os servidores da solução devem ser transmitidos prioritariamente em formato textual criptografado. Isso inclui metadados, comandos, informações de status, e especialmente a representação de templates biométricos e imagens (LPR e outras câmeras). A solução deve implementar mecanismos de conversão e compressão textual para esses dados, visando minimizar o volume de tráfego na rede.

b) Eficiência de Rede: A arquitetura da solução deve ser projetada para otimizar o uso da largura de banda, reduzindo o tráfego de dados desnecessário e evitando gargalos. Os protocolos de comunicação utilizados devem ser leves e eficientes (Ex: MQTT, CoAP, WebSockets, AMQP), priorizando a transmissão assíncrona e baseada em eventos.

2.1.5. Serviço de Backup Operacional (Nuvem)

2.1.5.1. Geração de Backups: A contratada deve usar ferramentas da nuvem para backups diários completos e de logs de transação a cada 30 (trinta) minutos.

2.1.5.2. A contratada deverá realizar backup de segurança dos dados e logs diariamente em nuvem, garantindo o armazenamento e recuperação das informações sempre que necessário.

2.1.5.3. Deverão ser implementados procedimentos de validação automatizados da integridade da cópia de auditoria, incluindo testes de restauração periódicos.

2.1.5.4. A CONTRATADA deverá garantir a segurança da cópia, implementando medidas de controle de acesso e criptografia de dados, em conformidade com as políticas de segurança do TRIBUNAL.

2.1.6. Conectividade IP Unificada: A transmissão de dados para todos os equipamentos e dispositivos da solução será realizada via rede IP. Esta conexão pode ser implementada por cabeamento Categoria 6. Adicionalmente, os equipamentos devem possuir entrada de alimentação elétrica PoE (Power over Ethernet), quando aplicável.

3. Equipamentos

3.1 Terminal Facial

3.1.1. Permitir acesso por meio de cartão RFID, impressão digital e face;

3.1.2. Capacidade de no mínimo 50.000 faces

3.1.3. Capacidade mínima para 5.000 impressões digitais com módulo;

3.1.4. Capacidade mínima para 100.000 eventos.

3.1.5. O terminal de acesso deverá possuir display LCD touch screen de no mínimo 7 polegadas;

3.1.6. Deverá possuir câmera integrada de no mínimo 2MP;

3.1.7. Deverá possuir capacidade de leitura de face entre 0,3 a 2,5 metros com duração máxima de 0,2 segundos por usuário.

3.1.8. Deverá possuir porta ethernet gigabit;

3.1.9. Deverá ser compatível com a pilha de protocolos TCP/IP;

3.1.10. Deverá ter acurácia igual ou superior a 99%;

3.1.11. Deverá ser integrada à catraca e ao software ofertados, garantindo total compatibilidade;

3.1.12. Deverá ser fornecido e instalado com suporte para fixação nas catracas para pleno funcionamento da solução.

3.2. Catraca de Acesso

3.2.1. Tipo tripodal acoplável para até 2 terminais faciais;

3.2.2. Permitir a entrada de no mínimo 23 pessoas por minuto;

3.2.3. Possuir número de ciclo entre falhas de no mínimo 1.950.000;

3.2.4. Possuir ao menos uma entrada para alarme de incêndio;

3.2.5. Deverá ser fabricado de material resistente: aço inoxidável ou superior;

3.2.6. Possuir altura de no mínimo 950 mm e altura máxima de 1.000mm;

3.2.7. Possuir comprimento de pedestal de no mínimo 400mm e no máximo 500mm;

3.2.8. Deverá ser integrada com o terminal de captura de face, permitindo a entrada de faces cadastradas.

3.2.9. Material:

a). **Tampa e Braços:** São feitos de aço inoxidável. Este material é muito resistente e não enferruja, o que garante que a catraca continue com boa aparência mesmo após muito uso.

b). **Estrutura:** Corpo principal da catraca de aço carbono.

3.2.10. Funcionamento:

a). **Controle de Entrada e Saída:** A catraca só gira para deixar a pessoa passar depois de uma autorização.

b). **Segurança:** O sistema impede que mais de uma pessoa passe por vez.

c). **Em Casos de Emergência:** Se a energia acabar ou houver uma emergência (como um incêndio), os braços da catraca se soltam automaticamente. Isso garante que as pessoas possam sair rapidamente e em segurança.

3.3. Câmera de Leitura de Placa Veicular

3.3.1. Deverá ter capacidade de capturar e reconhecer placas de veículos em ambientes de pouca luz;

3.3.2. Grau de proteção suficiente para uso em ambientes externos, mínimo grau de proteção IP67 e IK10;

3.3.3. Tecnologia infravermelho, conservando o nível ideal de iluminação do ambiente;

3.3.4. Deverá ser nativamente IP – sem o uso de conversores;

3.3.5. Resolução mínima à 25 fps: 2680 x 1500;

3.3.6. Tecnologia de compressão otimizada zipstream ou H.265, otimizando o uso da largura de banda e armazenamento;

3.3.7. Deverá possuir WDR com no mínimo 140dB;

3.3.8. Deverá possuir abertura mínima horizontal de imagem variável de 100° à 55°;

3.3.9. Possuir iluminador IR integrado de fábrica;

3.3.10. Possuir entrada de alimentação elétrica PoE;

3.3.11. Deverá ser fornecida com no mínimo as seguinte vídeo análise habilitadas: identificação automática das placas (Mercosul) de veículos e detecção de veículos;

3.3.12. Deverá ser fornecida com suporte de fixação em poste ou parede e todos os adaptadores necessários;

3.3.13. Possuir no mínimo 2 (duas) saídas de relé, suportando a abertura ou fechamento de cancelas.

3.3.14. Serão necessárias duas câmeras LPR por garagem (uma para entrada e outra para saída).

3.3.15. Capacidade de Captura LPR: As câmeras LPR devem ser capazes de capturar placas de veículos em movimento nas entradas e saídas. A solução deve garantir a eficácia da captura para veículos em velocidades de no mínimo até 60 km/h (para configurações de câmeras básicas).

ANEXO II DO TR - RELAÇÃO DAS UNIDADES DO TRIBUNAL A SEREM IMPLANTADAS E ESTIMATIVAS DE PONTOS A SEREM INSTALADOS:

1. Relação das unidades do Tribunal a serem implantadas

	Sigla	Comarca	Unidade	Terminal Facial	Catraca de Acesso	Câmera LPR	Quantitativo computadores atendimento
1	BCA	Barbacena	Fórum	4	2	2	1
2	BHE	Belo Horizonte	Unidade Sede	8	8	16	5
3			Corregedoria	4	2	0	3
4			Anexo I	6	3	0	2
5			Palácio da Justiça	0	0	4	1
6			Unidade Gabaglia Raja	4	4	4	5
7			JESP Criminal	4	2	2	3
8			JESP Francisco Sales	6	3	2	5
9			JESP Padre Rolim	4	2	2	2
10			Fórum Lafayette	25	25	8	25
11			DIRTEC	6	3	0	1
12	BET	Betim	Fórum	6	3	2	2
13	CGA	Caratinga	Fórum	6	3	2	1
14	CNL	Conselheiro Lafaiete	Fórum	2	1	2	1
15	CEM	Contagem	Fórum	4	4	2	2
16	CRF	Cel Fabriciano	Fórum	4	2	2	1

17	DVL	Divinópolis	Fórum	4	4	2	3
18	GVS	Gov Valadares	Fórum	4	4	2	2
19	IIB	Ibirité	Fórum	6	3	2	3
20	IIG	Ipatinga	Fórum	4	2	2	1
21	IBA	Itabira	Fórum	6	3	2	1
22	JFA	Juiz de Fora	Fórum	6	3	2	3
23	MNC	Manhuaçu	Fórum	6	3	2	2
24	MCL	Montes Claros	Fórum	6	3	2	2
25	PRS	Pará de Minas	Fórum	4	2	2	1
26	PMS	Patos de Minas	Fórum	6	3	2	2
27	PCS	Poços de Caldas	Fórum	4	2	2	1
28	PSO	Pouso Alegre	Fórum	8	4	2	2
29	RNS	Ribeirão das Neves	Fórum	6	6	2	2
30	SLU	Santa Luzia	Fórum	6	3	2	5
31	SOE	São João del-Rei	Fórum	6	3	2	1
32	SLA	Sete Lagoas	Fórum	4	2	2	2
33	TOT	Teófilo Otoni	Fórum	4	2	2	2
34	TTO	Timóteo	Fórum	4	2	2	1
35	UBA	Ubá	Fórum	6	3	2	1
36	URA	Uberaba	Fórum	4	4	2	3
37	ULA	Uberlândia	Fórum	4	4	4	3
38	VGA	Varginha	Fórum	4	2	2	1
39	VPN	Vespasiano	Fórum	4	2	2	2
			TOTAL	209	136	98	106

2. Estimativa de pontos elétricos e de rede a serem instalados na implantação do projeto:

Tipo de serviço	Catracas	Terminal	Câmeras de leitura de placa	Soma de catracas, terminais e câmeras	Reserva técnica	Quantidade estimada
Execução de ponto elétrico, implantado a partir do disjuntor do quadro elétrico até o equipamento. Com circuito compartilhado. Incluindo fornecimento e instalação de materiais	0	0	98	98	2	100
Execução de ponto de telecomunicações, CAT. 6, até 90 metros, implantado a partir de patch-panel até o equipamento. Incluindo fornecimento e instalação de materiais.	0	136	0	136	4	140
Execução de ponto de telecomunicações, com cabeamento de fibra óptica em área externa ou acima de 90 metros. Incluindo fornecimento e instalação de materiais.	0	0	98	98	2	100

ANEXO III DO TR - (MODELO) TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

CONTRATO Nº xxx/20xx

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 21.154.554/0001-13, doravante denominado CONTRATANTE, e a

Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo(a) Sr(a). _____, (cargo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) em _____, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES;

CONSIDERANDO o atendimento à exigência do contrato supracitado, celebrado pelas PARTES, doravante denominado CONTRATO;

CONSIDERANDO a necessidade de manter o sigilo e a confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TJMG de que a CONTRATADA tomar conhecimento em razão da execução do CONTRATO, respeitando todos os critérios aplicáveis;

CONSIDERANDO os aspectos de classificação e acesso à informação e de proteção de dados estabelecidos na legislação e normas vigentes, em especial: Lei Federal nº 8.159, de 18 de novembro de 2011, "Lei de Acesso à Informação"; Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, "Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD", Resolução nº 731/2013, de 09 de agosto de 2013, que regulamenta o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527 no âmbito do TJMG; Portaria Conjunta nº 417/PR/2015, de 10 de junho de 2015, que define a classificação e o nível de sigilo dos documentos administrativos do TJMG;

Estabelecem o presente TERMO DE SIGILO CONFIDENCIALIDADE, doravante denominado TERMO, com vínculo indissociável ao CONTRATO, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente TERMO é regular o tratamento dos dados, regras de negócio, documentos e informações produzidas ou custodiadas pelo TJMG, sejam elas escritas, digitais, verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, doravante denominadas simplesmente INFORMAÇÕES, que a CONTRATADA tiver acesso em virtude da execução do CONTRATO, principalmente aquelas classificadas como CONFIDENCIAIS, provendo a necessária e adequada PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES.

1.2. O presente TERMO constitui acordo entre as PARTES, cujas estipulações e obrigações aplicam-se a todas e quaisquer INFORMAÇÕES reveladas pelo TJMG.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

2.1. A CONTRATADA se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer INFORMAÇÕES que venham a ser fornecidas pelo TJMG, a partir da data de assinatura deste TERMO, devendo ser tratadas como INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pelo TJMG.

2.2. A CONTRATADA se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das INFORMAÇÕES do TJMG.

2.3. O TJMG zelará para que as INFORMAÇÕES que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

3.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;

II. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO que não estejam sujeitos à obrigação de confidencialidade;

III. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a estas, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção cabíveis.

3.2. Será permitido à CONTRATADA divulgar "Dados Agregados", aqui entendidos como informações anonimizadas que podem ser baseadas ou derivadas de Informações Confidenciais sem qualquer menção ao TJMG, exclusivamente no âmbito do curso regular dos seus negócios de fornecimento aos seus clientes dos mesmos tipos de produtos e serviços prestados ao TJMG.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

4.1. A CONTRATADA se compromete a utilizar as INFORMAÇÕES reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO.

4.2. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer cópia das INFORMAÇÕES sem o consentimento prévio e expresso do TJMG.

4.3. A CONTRATADA se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste TERMO e da natureza confidencial das INFORMAÇÕES do TJMG.

4.4. A CONTRATADA firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao CONTRATO, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

4.5. A CONTRATADA deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das INFORMAÇÕES do TJMG, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo TJMG.

4.6. Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer INFORMAÇÕES eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do CONTRATO.

4.7. O presente TERMO não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

5.1. Todas as INFORMAÇÕES reveladas devem retornar à parte reveladora imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

5.1.1. A CONTRATADA deverá devolver, íntegros e integralmente, todos os documentos a ela fornecidos, inclusive eventuais cópias, na data estipulada pelo TJMG para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das informações confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções, totais ou parciais, cópias ou segundas vias, em qualquer meio ou suporte.

5.1.2. A CONTRATADA deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham informações confidenciais do TJMG, quando não mais for necessária a manutenção dessas, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções totais ou parciais, cópias ou segundas vias, em qualquer meio ou suporte, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 5 (cinco) anos após o término do CONTRATO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo culminar inclusive na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES.

7.1.1. Neste caso, a CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo TJMG, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 156 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste TERMO ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as INFORMAÇÕES do TJMG.

8.2. O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES.

8.3. A omissão ou tolerância das PARTES em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Fica eleito o foro de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, a CONTRATADA assina o presente TERMO eletronicamente, no Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do responsável da empresa

Nome do responsável da empresa

ANEXO IV DO TR - FORÇA DE TRABALHO DO TJMG NAS UNIDADES ATENDIDAS PELA CONTRATAÇÃO

Comarca	Servidor	Magistrado	Colaborador	Estagiário	TOTAL
---------	----------	------------	-------------	------------	-------

Barbacena	86	9	70	58	223
Belo Horizonte	4487	363	5377	1488	11.715
Betim	152	14	101	91	358
Caratinga	63	7	53	52	175
Conselheiro Lafaiete	86	9	62	56	213
Contagem	277	26	318	181	802
Coronel Fabriciano	50	6	45	33	134
Divinópolis	158	15	114	98	385
Governador Valadares	168	17	117	131	433
Ibirité	59	6	46	37	148
Ipatinga	140	12	76	95	323
Itabira	50	5	48	41	144
Juiz de Fora	316	29	207	191	743
Manhuaçu	51	5	42	29	127
Montes Claros	191	18	129	129	467
Pará de Minas	68	6	42	35	151
Patos de Minas	75	8	67	51	201
Poços de Caldas	108	10	71	63	252
Pouso Alegre	104	11	77	56	248
Ribeirão das Neves	119	10	109	80	318
Santa Luzia	92	9	88	48	237
São João del-Rei	58	6	54	39	157
Sete Lagoas	140	10	94	79	323
Teófilo Otoni	90	8	70	68	236
Timóteo	41	4	38	25	108
Ubá	54	6	53	35	148
Uberaba	205	19	135	135	494
Uberlândia	328	32	225	217	802
Varginha	103	10	70	61	244
Vespasiano	51	5	51	38	145
Total	7.970	695	8.049	3.740	20.454

ANEXO V DO TR - DECLARAÇÃO DE ACESSIBILIDADE E USABILIDADE DO SOFTWARE

Pregão Eletrônico nº 004/2026

Processo SIAD nº 841/2025

Objeto: Serviços continuados, sob o regime de locação, de Solução Integrada de Controle de Acesso Físico, incluindo o fornecimento de *software* de controle acesso em nuvem (SaaS), equipamentos, serviços de implantação, configuração, treinamento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva para unidades do Tribunal da Capital e interior.

Pelo presente, [LICITANTE], [CNPJ E ENDEREÇO], por meio de seu representante legal, DECLARA, sob as penas da legislação aplicável, que:

O fabricante [Nome do fabricante] declara para os devidos fins que o software de controle de acesso denominado [Nome do software e versão], fornecido ao TJMG, atende aos requisitos de acessibilidade e usabilidade estabelecidos pelas diretrizes a seguir:

Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.1 e 2.2, publicadas pelo World Wide Web Consortium (W3C) e alcança o nível de conformidade AA;

Para alcançar este nível, o software adere, mas não se limita, aos seguintes critérios de acessibilidade:

Contraste de Cores: Contraste mínimo de 4.5:1 entre o texto e o fundo, garantindo a legibilidade para usuários com baixa visão.

Navegação por Teclado: Todas as funcionalidades são acessíveis e operáveis usando apenas o teclado, sem a necessidade de um mouse.

Foco Visível: Todos os elementos interativos, como botões e links, possuem um indicador de foco claro e visível quando selecionados.

Redimensionamento de Texto: O conteúdo se adapta e permanece funcional mesmo quando o texto é aumentado em até 200%.

Estrutura Lógica: O uso correto de cabeçalhos e rótulos descritivos para organizar o conteúdo de forma hierárquica e compreensível.

É compatível com as seguintes tecnologias assistivas, garantindo a sua utilização por pessoas com deficiência visual e motora:

Leitores de Tela: Suporte completo para NVDA (NonVisual Desktop Access), Jaws (Job Access With Speech), e TalkBack (para dispositivos móveis). O software foi testado para garantir que a navegação e a leitura das informações sejam fluidas e corretas com esses programas.

E por fim, se compromete a manter o software em conformidade às diretrizes aqui estabelecidas, ao longo da evolução de suas manutenções adaptativas e melhorias.

[Local], [Data]

Assinatura do responsável da empresa

Nome do responsável da empresa

ANEXO VI DO TR - REQUISITOS PROVA DE CONCEITO

ID	Descrição	Forma de comprovação	Cont.
1.1	Software de Gestão de Controle de Acesso		
1.1.1	Ser fornecido com licença para gerenciamento de visitantes no controle de acesso;	Demonstração da solução	1
1.1.2	Ser fornecido com licença para gerenciar todos os terminais de controle de acesso contratados;	Documentação ou demonstração da solução	1
1.1.3	Ser fornecido com licença para gerenciar todas as câmeras com analíticos de leitura de placa;	Documentação ou demonstração da solução	1
1.1.4	Deverá controlar e visualizar imagens de todas as câmeras contratadas;	Demonstração da solução	1
1.1.5	Deverá ser licenciado para os analíticos especificados nas câmeras e terminais de controle de acesso;	Demonstração da solução	1
1.1.6	O software deve possuir uma interface de gerenciamento central, para compartilhamento de informações e cooperação com controle de entrada e saída de usuários e veículos;	Demonstração da solução	1
1.1.7	Deve ser capaz de gerenciar diversos serviços na mesma interface, como:		
1.1.7a	Controle de Acesso;	Demonstração da solução	1
1.1.7b	Leitura de Placa;	Demonstração da solução	1
1.1.7c	Reconhecimento Facial.	Demonstração da solução	1
1.1.8	A solução do software deve ser fornecida por um único fabricante ou empresa do mesmo grupo econômico. Todos os módulos de software, incluindo o sistema de gerenciamento principal e quaisquer componentes adicionais, devem ser nativos e compatíveis entre si.	Documentação ou demonstração da solução	1
1.2	Gestão de Usuários		
1.2.1	Capacidade de cadastro e gerenciamento de diferentes tipos de usuários (como por exemplo: servidores, estagiários, advogados, terceirizados, visitantes/assistidos).	Demonstração da solução	1
1.2.2	Capacidade de cadastro dos usuários, considerando as operações de inserção, atualização de dados e exclusão.	Demonstração da solução	1
1.2.3	Funcionalidade para delegar e gerenciar níveis de acesso por setor.	Demonstração da solução	1
1.2.4	Funcionalidade para configurar e aplicar horários de acesso específicos para cada perfil de usuário ou setor (como por exemplo: visitantes de 8h às 18h).	Demonstração da solução	1
1.3	Controle de Acesso		
1.3.1	Registro de entrada e saída de usuários via reconhecimento facial.	Demonstração da solução	1
1.3.2	Registro de entrada e saída de veículos via LPR.	Demonstração da solução	1

1.3.3	Geração de logs detalhados de entrada e saída no banco de dados para rastreabilidade de todas as movimentações.	Demonstração da solução	1
1.3.4	Processamento de dados de visitantes, incluindo busca por identidade	Demonstração da solução	1
1.3.5	Possibilidade de inserção de parâmetros de entrada (como blacklist)	Demonstração da solução	1
1.3.6	Envio/reenvio de informações de usuários para os terminais faciais	Demonstração da solução	1
1.3.7	Capacidade de efetuar o descarte ou arquivamento de informações de visitantes após um período determinado para otimização do armazenamento no terminal facial (equipamento local), devendo estes no banco de dados do sistema permanecer com estes registros durante o prazo de vigência do contrato.	Documentação ou demonstração da solução	1
1.4	Aplicativo para dispositivos Móveis		
1.4.1	A solução deve incluir um aplicativo para dispositivos móveis Android e iOS, oferecendo, no mínimo, a seguinte funcionalidade de pré-cadastro facial para agilizar a liberação de acesso.	Demonstração da solução	1
1.5	Relatórios e Análises		
1.5.1	Relatórios detalhados sobre o controle de acesso, com no mínimo as seguintes informações: usuário que passou (se entrada ou saída), equipamento e edificação onde passou, em que data e horário).	Demonstração da solução	1
1.5.1a	Filtros: Permitir a filtragem dos relatórios por usuário, período de datas, município e edificação.	Demonstração da solução	1
1.5.2	Relatórios detalhados sobre o controle de acesso, com no mínimo as seguintes informações: veículo que passou (se, entrada ou saída), equipamento e edificação onde passou, em que data e horário).	Demonstração da solução	1
1.5.2a	Filtros: Filtrar dados por veículo, tipo de movimento (entrada/saída) e período (data/hora).	Demonstração da solução	1
1.5.3	Relatórios personalizados pelo usuário com possibilidade de selecionar campos ou por meio de APIs disponibilizadas pelo software.	Demonstração da solução	1
1.6	Integração (requisito técnico)		
1.6.1	Capacidade de integração com o sistema de Recursos Humanos (RH) do TJMG para atualização de informações de funcionários (servidores, terceirizados, cedidos), tais como: operações de inclusão, alteração de dados e exclusão.	Documentação ou demonstração da solução	1
2	Requisitos Tecnológicos		
2.1.1	Quanto aos requisitos de segurança cibernética, a solução deverá:		
2.1.1c	Possuir padrão de utilização do protocolo de SSL/TLS;	Demonstração da solução	1
2.1.1d	Realizar a autenticação de forma unificada utilizando padrão Keycloak (OAuth 2.0).	Documentação da solução ou declaração do fabricante	1
2.1.3	Quanto ao requisito de ambiente tecnológico		
2.1.3b	A solução deverá ser compatível com os seguintes navegadores: Google Chrome e Mozilla Firefox para computadores com sistema operacional Windows, sem a necessidade de instalação de softwares adicionais.	Demonstração da solução	1
2.1.3c	A interface da solução voltada para os usuários deverá estar no idioma português do Brasil, não se aplicando ao ambiente de administração.	Demonstração da solução	1

ANEXO II - REGRAS PARA CADASTRAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO DO TRIBUNAL - SEI/TJMG

- O Adjudicatário deverá se cadastrar como usuário externo do sistema SEI!, devendo utilizar endereço eletrônico (e-mail) vinculado às suas atividades comerciais, por meio do link https://sei.tjmg.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0
- Para que seja liberado o acesso e realizado o cadastramento no SEI/TJMG, o **representante legal que tiver realizado o envio da proposta** deverá encaminhar, ao e-mail supportesei@tjmg.jus.br, cópia do seu *RG, CPF, Comprovante de endereço*, bem como o motivo: "Envio de Documento <informar o documento> para a licitação".
- Realizado o cadastro, o Adjudicatário poderá acessar o sistema, por meio do link: https://sei.tjmg.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0
- O não cadastramento no Sistema Eletrônico de Informação - SEI/TJMG configura recusa à assinatura do termo de contrato ou à aceitação do instrumento equivalente, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida nos termos do §5º do art. 90 da Lei federal nº 14.133, de 2021, sujeitando o Adjudicatário às penalidades legais.
- A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI-TJMG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.
- A apresentação de proposta à licitação importa em aceitação expressa de recebimento de notificações por meio eletrônico, utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informação do Tribunal - SEI/TJMG.
1. Efetuado o cadastro, as notificações serão encaminhadas exclusivamente ao endereço eletrônico registrado.

6.2. A ausência de manifestação expressa e tempestiva do cadastrado após o encaminhamento de notificação ao endereço eletrônico registrado poderá importar em declaração de revelia, devendo ser observados os prazos legais para defesa prévia e alegações finais.

ANEXO III - DECLARAÇÕES REFERENTES ÀS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

<Este anexo deverá ser enviado juntamente com a proposta ajustada, conforme subitem 7.4.4>

<Havendo participação de consórcio, as declarações desse anexo deverão ser preenchidas individualmente por cada empresa participante do consórcio, conforme subitem 8.6.2.>

Pregão Eletrônico nº 004/2026

Processo SIAD nº 841/2025

Objeto: Serviços continuados, sob o regime de locação, de Solução Integrada de Controle de Acesso Físico, incluindo o fornecimento de *software* de controle acesso em nuvem (SaaS), equipamentos, serviços de implantação, configuração, treinamento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva para unidades do Tribunal da Capital e interior.

Pelo presente, [LICITANTE], [CNPJ E ENDEREÇO], por meio de seu representante legal, DECLARA, sob as penas da legislação aplicável, que:

DECLARAÇÃO	DECLARO	NÃO SE APLICA
1. Não é o autor(a) do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo vinculado ao objeto licitado. (3.3. "d") *aplicável quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens relacionados ao anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo vinculado ao objeto licitado.		
2. Não é responsável, isoladamente ou em consórcio, pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, nem o autor do projeto é seu responsável técnico ou subcontratado, dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do seu capital com direito a voto. * aplicável quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários. (3.3. "e.2")		
3. Não é agente público investido ou vinculado ao Tribunal, e não se enquadra em situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício de cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. (3.3. "f")		
4. Não auxiliou a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que tenha prestado assessoria técnica vinculada ao objeto licitado. (3.3. "g")		
5. Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Tribunal ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (3.3. "h")		
6. Não é pessoa física ou empresário individual que possua relação, na condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com membro ou juiz vinculado, e/ou com qualquer dos servidores do Tribunal que seja investido em cargo de direção ou de assessoramento. (3.3 "i")		
7. Não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas e/ou de qualquer dos servidores do Tribunal que seja investido em cargo de direção, chefia ou de assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução nº 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça . (3.3 "j")		
8. Não está concorrendo com empresa controladora, controlada ou coligada, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 . (3.3 "k")		
9. Não é pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (3.3 "l").		
10. Não está proibido(a) de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) (3.3 "m").		
11. É pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no país. (3.3 "n").		
12. Se enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa ou equiparadas não celebrou, neste ano-calendário, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (4.3.1)		
13. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que informações recebidas são suficientes para a elaboração da proposta comercial. (5.4 "a")		
14. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo. (5.4. "a")		
15. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório. (5.4. "a")		
16. Não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de dezoito anos, ou em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. (5.4. "b")		
17. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado. (5.4. "c")		

18. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (5.4. "d")		
19. Se organizado em cooperativa, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 . (5.4. "e")		
20. Se enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa ou equiparadas, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 , estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 . (5.4. "f").		
21. Não se enquadra nos impedimentos para disputar o objeto desta licitação previstos no subitem 3.3. (5.4. "g")		
22. Realizou vistoria/visita técnica por meio do seu responsável técnico e conhece o local e as condições de realização objeto licitado. (8.8 "d")		
23. NÃO realizou vistoria/visita técnica, mas tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.		

Local e data.

Assinatura do responsável da empresa

Nome do responsável da empresa

ANEXO IV - (MODELO) PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA

<A PROPOSTA DEVERÁ SER ENVIADA PELO SISTEMA, NO PRAZO ESTABELECIDO PELO PREGOEIRO OU COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, APÓS RESPECTIVA SOLICITAÇÃO >

Licitação nº 004/2026

Processo SIAD nº 841/2025

Objeto: Serviços continuados, sob o regime de locação, de Solução Integrada de Controle de Acesso Físico, incluindo o fornecimento de *software* de controle acesso em nuvem (SaaS), equipamentos, serviços de implantação, configuração, treinamento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva para unidades do Tribunal da Capital e interior.

Razão Social:		CNPJ:
Endereço (Logradouro, número, Bairro, Cidade, UF, CEP):		
Telefone:		E-mail: (*)
Banco:	Nome e nº da agência:	Conta Bancária:
Modalidade da garantia (subitem 11.2.1.):		

(*) Endereço de e-mail que será obrigatoriamente o utilizado para cadastramento do(s) representante(s) legal(is) do Licitante na hipótese de ser o adjudicatário, como usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informação - SEI - TJMG.

LOTE ÚNICO - PARTICIPAÇÃO AMPLA							
Item	Serviço	Qtde de itens	Qtde meses	Unidade	Qtde (itens x meses)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)**
1	Licença de Software de controle de acesso (modo SaaS) hospedado em nuvem externa	1	57	Mês	57		
2	Implantação da solução	1	-	Unidade	1		
3	Treinamento remoto	2	-	Unidade	2		
4	Operação assistida presencial (sob demanda)	6	-	Unidade	6		
5	Locação de terminal facial	209	57	Unidade	11.913		
6	Locação de catraca de acesso	136	57	Unidade	7.752		
7	Locação de câmera de leitura de placas (LPR)	98	57	Unidade	5.586		
VALOR TOTAL							
VALOR TOTAL _____						(por extenso)	

Detalhamento da Implantação da solução (item 2 da Proposta Comercial Readequada)

Os custos relacionados à implantação da solução consideram o serviço de instalação e configuração de equipamentos de acesso, incluindo logística e infraestrutura predial, quando aplicável.

- a) na implantação de um equipamento: instalação de equipamento mais serviço de infraestrutura predial se for necessário prover o cabeamento de rede e elétrico.
b) O valor total do detalhamento da Implantação deve ser inserido no valor do item 2 da Proposta Comercial Readequada.

Item	Serviço	Qtde estimada	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Serviço de instalação e configuração de equipamentos de acesso, incluindo logística	-		-
1.1	Instalação da catraca de acesso, incluindo terminais faciais	136		
1.2	Instalação de câmera de leitura de placas	98		
2	Serviço de infraestrutura predial	-		-
2.1	Execução de ponto elétrico, implantado a partir do disjuntor do quadro elétrico até o equipamento. Com circuito compartilhado. Incluindo fornecimento e instalação de materiais.	100		
2.2	Execução de ponto de telecomunicações, CAT. 6, até 90 metros, implantado a partir de patch-panel até o equipamento. Incluindo fornecimento e instalação de materiais.	140		
2.3	Execução de ponto de telecomunicações, com cabeamento de fibra óptica em área externa ou acima de 90 metros. Incluindo fornecimento e instalação de materiais.	100		
TOTAL (R\$)				

Nota 1: Caso aplicável, informar valor com e sem ICMS, somente para fornecedores mineiros ([Resolução Conjunta SEF/SEPLAG nº 3.458/2003](#)) ou informar outra hipótese de isenção.

Nota 2: É responsabilidade do Licitante o conhecimento da carga tributária aplicável à presente contratação.

- Optante pelo SIMPLES NACIONAL () Sim () Não;
- Enquadramento tributário exige o destaque do valor do ICMS nos documentos fiscais: () Sim () Não;
- **Prazo de validade da proposta:** mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública;
- Estão inclusos nos valores propostos todas as condições para execução do objeto.

Local e data.

Assinatura do responsável da empresa

Nome do responsável da empresa

ANEXO V - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

<PLANILHA A SER ENVIADA QUANDO DA ASSINATURA DO CONTRATO, CONFORME SUBITEM 12.6.1.1>

1	Custos Administrativos (custos diretos como insumos, encargos sociais e trabalhistas, remuneração, outras parcelas representativas do preços)	R\$
2	Tributos	%
3	Lucro/BDI	%
4	Outras parcelas representativas	R\$
Custo total (mesmo valor homologado na licitação)		R\$

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

GECONT/CONTRAT

CT. nº XXX/2025 (SIAD nº. XXXX)

CONTRATO

de prestação de serviços continuados e fornecimento, que entre si estabelecem o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a empresa XXXXXXXXXXXX.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte/MG, na Avenida Afonso Pena nº. 4.001, bairro Serra, CNPJ nº. 21.154.554/0001-13, a seguir denominado apenas **TRIBUNAL**, neste ato representado pelo Juiz Auxiliar da Presidência, MARCELO RODRIGUES FIORAVANTE, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria TJMG nº. 6.626/PR/2024, de 04 de julho de 2024, e a empresa **XXXXXX**, com sede em XXXXXXXX/XX, na XXXXX, nº. XXX, bairro XXXX, CEP: XX.XXXX-XXX, CNPJ nº. XXXXXXXXXXXXX, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu(sua) (NOME E FUNÇÃO DO SIGNATÁRIO), conforme atos constitutivos da empresa e ou procuração apresentada nos autos do Processo SEI 0185272-59.2025.8.13.0000, em observância às disposições da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de prestação de serviços continuados e fornecimento, decorrente do **Processo SISUP nº. 837/2025 - Processo SIAD nº. 841/2025 - Licitação nº. 004/2026 - Pregão Eletrônico**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços continuados, sob o regime de locação, de Solução Integrada de Controle de Acesso Físico, incluindo o fornecimento de software de controle acesso em nuvem (SaaS), equipamentos (terminais de reconhecimento facial, catracas, câmeras de leitura de placas veiculares - LPR), serviços de implantação, configuração, treinamento, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva para unidades do TRIBUNAL da Capital e Interior, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência (evento 24333414);

1.1.2. O Edital de Licitação nº 004/2026 (evento 24612708);

1.1.3. A Proposta da CONTRATADA (evento xxxx);

1.1.4. Os Anexos dos documentos supracitados.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA: Observado o disposto no art. 117 da Lei federal nº 14.133, de 2021, e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, a execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais de contrato, ou por seus respectivos substitutos, representantes do TRIBUNAL especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da mesma lei.

2.1. Este contrato será gerido pelo(a) servidor(a) efetivo(a) ocupante do **Gabinete de Segurança Institucional - GSI**, que designará formalmente, por meio de Termo de Designação, o fiscal da área de negócio.

2.1.1. O fiscal técnico será o servidor(a) efetivo(a) ocupante do cargo de Coordenador(a) da Coordenação de Aquisição de Sistemas Administrativos - CORASIS.

2.1.2. A fiscalização poderá ser assistida e subsidiada por terceiros.

2.2. A **supervisão, o controle e a fiscalização** deste Contrato pelo TRIBUNAL não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.

2.2.1. O fiscal registrará, em relatório, as deficiências porventura existentes na prestação dos serviços, encaminhando cópia à CONTRATADA para a correção das irregularidades apontadas, no prazo por ele assinalado.

2.3. A equipe de supervisão, controle e fiscalização do TRIBUNAL, à qual a CONTRATADA deverá facilitar o exercício de suas funções, terá poderes para fiscalizar a execução dos serviços, conforme as especificações técnicas.

2.4. A equipe de supervisão, controle e fiscalização do TRIBUNAL deverá acompanhar a regularidade fiscal da CONTRATADA perante o CAGEF, durante toda a execução contratual, tomando as providências cabíveis caso a manutenção dessa regularidade seja alterada.

2.5. A referida regularidade abrange também a verificação dos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA;

d) Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP;

e) Cadastro de Licitantes Inidôneos.

2.6. O gestor e os fiscais deste Contrato devem monitorar e reavaliar periodicamente os riscos de integridade da CONTRATADA, conforme regulamento do TRIBUNAL.

2.7. A comunicação entre os gestores e/ou fiscais do TRIBUNAL e o preposto da CONTRATADA deverá ser realizada, preferencialmente, pelo SEI.

2.7.1. Os documentos eventualmente produzidos em outro meio, deverão ser juntados ao Processo SEI vinculado ao presente Contrato.

2.8. O gestor deste Contrato poderá solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas à sua Integridade.

2.9. O gestor deverá realizar as anotações acerca do cumprimento de obrigações pela CONTRATADA, para fins de aplicação do art. 88, *caput* e parágrafos, da Lei federal nº 14.133, de 2021.

2.10. Na realização de reuniões deverão ser preservadas a transparência e a segurança jurídica pelas partes mediante:

a) o prévio agendamento das reuniões;

b) a presença de 2 (dois) ou mais servidores do TRIBUNAL;

c) o registro das deliberações e decisões em ata assinada por todos e inserida no respectivo processo SEI;

d) a prévia comunicação de que será efetuada a gravação da reunião em mídia eletrônica, com a respectiva disponibilização à contratada.

2.10.1. Sempre que possível, as reuniões deverão ser realizadas nas unidades do TRIBUNAL.

2.11. O gestor deverá emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, no prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento devidamente instruído, admitida a prorrogação motivada, por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

2.12. O gestor deverá notificar os emitentes da garantia contratual quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

2.13. Todo e qualquer entendimento entre a equipe de supervisão, controle e fiscalização do TRIBUNAL e a CONTRATADA deverá ser formalizado por meio do SEI, instruído com documento devidamente assinado pelos representantes das Partes, sem o que não terá validade.

2.14. A CONTRATADA deverá manter rotina de supervisão.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: O regime de execução contratual e o eventual estabelecimento de níveis mínimos de serviços são os previstos no **Termo de Referência, anexo a este Contrato**.

3.1. **Implantação da solução:**

3.1.1. A CONTRATADA deverá entregar um plano executivo detalhado, compatível com o cronograma estabelecido no Prazo de Entrega, relacionando as tarefas de ambas as partes.

3.1.2. Qualquer mudança dos prazos de implantação deve ser comunicada com até 10 (dez) dias de antecedência, para análise e manifestação.

3.2. **Sustentação dos serviços em operação:**

3.2.1. Mensalmente, a CONTRATADA deverá entregar ao TRIBUNAL:

a) Relatório consolidado dos chamados de suporte técnico, encerrados e não encerrados com as seguintes informações: número do chamado, categoria, situação (encerrado ou não), descrição do problema, solicitante do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora das soluções de contorno (se houver) e definitiva, prazo de solução definitiva (em horas úteis), solução fornecida, informações sobre interrupção e quaisquer outras observações e informações necessárias para a correta apuração dos prazos de atendimento, em versão eletrônica, e em formato XLS ou CSV editáveis.

b) Relatório que evidencie o percentual de disponibilidade da solução informatizada no período estipulado em versão eletrônica.

3.3. **Características Mínimas do objeto:**

3.3.1. **Requisitos da solução:** Os requisitos mínimos de negócio e tecnológicos se encontram relacionados no Anexo I do Termo de Referência.

3.4. **Requisitos de capacitação:**

3.4.1. O treinamento deverá ser realizado de forma remota, em ambiente virtual, no idioma português, a ser disponibilizado pelo TRIBUNAL, ocorrendo em dias úteis e em horário comercial, conforme o calendário de funcionamento deste TRIBUNAL. O agendamento deverá ser efetuado previamente junto ao Gabinete de Segurança Institucional

(GSI), com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

3.4.2. O treinamento será executado sob demanda até o quantitativo de turmas estimado na contratação.

3.4.3. Conteúdo Programático Mínimo:

3.4.3.1. O treinamento deverá abranger, no mínimo, os seguintes tópicos:

- a) Visão geral da solução de controle de acesso (componentes físicos e lógicos);
- b) Operação do sistema de gestão (cadastro de usuários, regras de acesso, geração de relatórios);
- c) Funcionamento dos terminais faciais, catracas e câmeras LPR;
- d) Procedimentos em contingência (falha de internet ou sistema);
- e) Boas práticas de segurança e LGPD relacionadas à operação da solução;
- f) Suporte básico e encaminhamento de chamados.

3.4.4. A carga horária mínima do treinamento será de no mínimo 4 (quatro) horas.

3.4.5. Cada turma deverá ter um número de participantes de 5 (cinco) a 20 (vinte) alunos.

3.4.6. O TRIBUNAL será responsável por disponibilizar a plataforma de videoconferência para a realização do treinamento. Além disso, todas as sessões poderão ser gravadas para posterior consulta e armazenamento no repositório de conhecimento institucional.

3.4.7. A CONTRATADA deverá fornecer material didático digital (PDF) e redigido em língua portuguesa, com o conteúdo abordado, instruções passo a passo, imagens ilustrativas do sistema e FAQ com as principais dúvidas. Todo o material deverá ser entregue com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência ao início do treinamento para validação pelo TRIBUNAL.

3.4.8. A definição das turmas, participantes e carga horária total do treinamento ficará sob responsabilidade da área de negócio, em conjunto com a CONTRATADA.

3.4.9. O início das atividades, bem como a definição dos horários e períodos de realização do treinamento, será acordado entre o TRIBUNAL e a CONTRATADA.

3.4.10. O treinamento e o desempenho do instrutor serão avaliados pelos participantes por meio de formulários elaborados e aplicados pela EJEF.

3.4.11. Caso o instrutor ou o conteúdo do treinamento sejam considerados insatisfatórios pelos participantes, o TRIBUNAL poderá solicitar a substituição do instrutor ou ajustes no conteúdo programático, mesmo antes da conclusão do treinamento.

3.4.12. Após a finalização do treinamento, a EJEF realizará uma pesquisa de satisfação para avaliar a experiência dos participantes.

3.4.13. O TRIBUNAL analisará as avaliações e, caso o treinamento seja reprovado com base em pesquisa realizada pela EJEF, a CONTRATADA deverá refazê-lo, corrigindo os pontos de melhoria identificados.

3.5. Operação assistida sob demanda:

3.5.1. Operação assistida é o procedimento prestado sob demanda no qual o profissional da CONTRATADA auxilia os usuários recém-treinados acompanhando a utilização de todas as funcionalidades da solução e consiste em:

3.5.2. Corrigir possíveis condutas errôneas cometidas pelos usuários ao utilizarem a solução.

3.5.3. Responder às dúvidas dos usuários e solucionar possíveis problemas que possam ocorrer durante a utilização da solução.

3.5.4. Apresentar aos usuários informações que achar relevantes.

3.5.5. Cada operação assistida deverá ser realizada em pacote de 5 (cinco) dias úteis sequenciais (de segunda a sexta-feira, contabilizando 8 horas diárias) podendo em situações excepcionais ser acordado entre as partes a ampliação ou redução deste período. Serão no máximo 6 (seis) pacotes de operações assistidas a serem executados no prazo máximo de 3 (três) meses após o término integral da implantação.

3.5.6. A operação assistida deverá ser realizada nas dependências do TRIBUNAL, em Belo Horizonte ou Região Metropolitana, cabendo à CONTRATADA disponibilizar equipe de apoio adequadamente dimensionada, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Todos os profissionais envolvidos deverão possuir fluência em língua portuguesa, assegurando a adequada comunicação e execução das atividades.

3.6. Requisitos de implantação:

3.6.1. Requisitos técnicos de infraestrutura predial:

3.6.1.1. A execução de infraestrutura deverá atender às normas técnicas nacionais e, na falta destas, as normas internacionais. Esta será de responsabilidade da CONTRATADA.

3.6.1.1.1. A seguir estão relacionadas as normas técnicas relativas à infraestrutura a serem observadas pela CONTRATADA:

- a) ABNT NBR 14565: Cabeamento de telecomunicações para edifícios comerciais;
- b) ABNT NBR 16869: Cabeamento estruturado;
- c) ABNT NBR 5410: Instalações elétricas em baixa tensão;
- d) ABNT NBR 5419: Proteção contra descargas atmosféricas;
- e) ABNT NBR 7288: Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de cloreto de polivinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1 kV a 6 kV;
- f) ABNT NBR 7286: Cabos de potência com isolamento extrudada de borracha etileno propileno (EPR, HEPR ou EPR 105) para tensões de 1 kV a 35 kV;
- g) ABNT NBR NM 247: Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750 V;
- h) NR 10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- i) NR 35: Trabalho em altura.

3.6.2. Antes da execução da instalação, a CONTRATADA deverá realizar levantamento técnico (relatório técnico com fotos) e elaborar projeto, com emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de projeto e execução.

3.6.3. Todas as infraestruturas deverão ser executadas pela CONTRATADA. O cabeamento deverá ser categoria 6 (seis), LSZH. Para as câmeras a serem instaladas em áreas externas ou com distâncias superiores a 90 (noventa) metros, deverá ser prevista infraestrutura em fibra óptica e alimentação elétrica. Todas as recomposições deverão estar previstas e serem executadas de modo a ter o perfeito acabamento.

3.6.4. Os locais onde houverem catracas existentes, compete à CONTRATADA efetuar as suas retiradas e acomodá-las em local definido pelo TRIBUNAL na edificação.

3.6.5. Nos locais em que já exista infraestrutura previamente instalada, a CONTRATADA deverá realizar as adequações necessárias, garantindo que esta esteja em conformidade com as normas técnicas vigentes. Além disso, a CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para viabilizar o pleno funcionamento da solução.

3.6.6. O relatório e projeto deverão ser submetidos à aprovação da COINP. E o início da execução das infraestruturas será autorizado somente após a aprovação do TRIBUNAL.

3.7. Prazos, local e condições de entrega ou execução:

3.7.1. Do local de instalação dos equipamentos:

3.7.2. A implantação ocorrerá nas 39 (trinta e nove) unidades do TRIBUNAL da Capital e Interior, conforme listagem no Anexo II do Termo de Referência.

3.7.3. Os endereços completos dos locais de instalação serão informados à CONTRATADA após a assinatura do contrato.

3.7.4. Na ocorrência de mudança de endereços da localização dos equipamentos, não haverá alteração nos prazos, valores ou objeto.

3.8. Do Horário de implantação:

3.8.1. Os serviços de implantação e manutenção deverão ocorrer em horário de expediente do TRIBUNAL, salvo em casos excepcionais e previamente acordados para não impactar a operação.

3.9. Condições de entrega ou execução do serviço:

3.9.1. Os equipamentos e acessórios deverão ser fornecidos novos, de primeiro uso, em linha de produção, com a adoção de modelos não descontinuados de fábrica.

3.9.2. Durante a execução do contrato, não se admite a utilização de peças ou componentes usados, salvo em situações excepcionais justificadas e com a anuência do TRIBUNAL. Fica ressalvada a possibilidade de aproveitamento das infraestruturas existentes, desde que estejam atendendo aos requisitos normativos ou que sejam devidamente adequadas pela CONTRATADA.

3.9.3. A CONTRATADA é responsável por toda a logística de entrega dos itens que compõem a solução nos locais relacionados no Anexo II, sem ônus adicional para o TRIBUNAL.

3.9.4. Como parte da execução do cronograma de implantação, a CONTRATADA deverá atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos:

- a) Elaborar os relatórios e projetos, bem como encaminhá-los para aprovação do TRIBUNAL, visando a instalação dos equipamentos de acesso;
- b) Realizar a preparação e implantação do software no ambiente de nuvem, com a devida configuração da infraestrutura, aplicação de controles de segurança, integração com sistemas do TRIBUNAL, importação dos dados de cadastros funcionais e validação do ambiente. O TRIBUNAL deverá prestar todas as informações necessárias à CONTRATADA, visando a integração e importação de dados para o software;
- c) Executar o treinamento da solução;
- d) Implantar os equipamentos nas unidades de Belo Horizonte e do interior, executando a retirada do equipamento antigo e acondicionando em local indicado pelo TRIBUNAL (nos casos de substituição), instalação do equipamento, incluindo todo o cabeamento de rede e elétrico (onde for aplicável), configuração, conectividade com o ambiente em nuvem e testes de funcionamento, conforme o cronograma estabelecido;
- e) Garantir a validação técnica e funcional de todas as fases, com a emissão de aceite formal pelo TRIBUNAL como condição para o início da operação da solução.

3.10. Cronograma de Implantação: A implantação completa da solução deverá seguir o cronograma de atividades com seus respectivos prazos de entrega:

Fase	Atividade Principal	Prazo máximo em dias corridos	Início de contagem do prazo
1	Entrega e aprovação de metade dos relatórios técnicos e projetos	Até 30 (trinta) dias	Após a assinatura do contrato
2	Entrega e aprovação do restante dos relatórios técnicos e projetos	Até 30 (trinta) dias	Após a conclusão do item 1
3	Preparação e Implantação do Software no ambiente em nuvem	De 60 (sessenta) a 120 (cento e vinte) dias	Após a assinatura do contrato
4	Customização dos requisitos não nativos e não atendidos na Prova de Conceito, na fase de habilitação da licitação, sem ônus adicionais para o TRIBUNAL	Até 180 (cento e oitenta) dias	Após a assinatura do contrato
5	Realizar o treinamento da solução	Até 15 (quinze) dias, podendo este prazo ser redimensionado, a critério do TRIBUNAL	Após a conclusão do item 3
6	Entrega e implantação dos Equipamentos nas Unidades de Belo Horizonte	Até 150 (cento e cinquenta) dias	Após a assinatura do contrato
7	Entrega e implantação dos Equipamentos nas Unidades do Interior, incluindo estrutura de cabeamento de rede e elétrico (onde for aplicável) para os equipamentos (Fase 1)	Até 210 (duzentos e dez) dias	Após a assinatura do contrato
8	Entrega e implantação dos Equipamentos nas Unidades do Interior, incluindo estrutura de cabeamento de rede e elétrico (onde for aplicável) para os equipamentos (Fase 2)	Até 240 (duzentos e quarenta) dias	Após a assinatura do contrato

3.10.1. A implantação dos equipamentos está condicionada à conclusão anterior da implantação do software de controle de acesso.

3.11. Segurança da informação:

3.11.1. As partes tratarão confidencialmente todos os documentos, dados e informações que lhe forem fornecidos:

3.11.1.1. Os documentos, dados e informações produzidos ou guardados no âmbito deste contrato poderão ser disponibilizados, quando caracterizados como públicos, de forma ativa por meio da sua divulgação espontânea, ou por meio de requerimento encaminhado à unidade responsável pela tutela da informação solicitada, nos termos do artigo 7º da lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

3.11.1.2. Os documentos, dados e informações de que trata o item anterior poderão ser classificados nos termos dos artigos 23 e 24 da Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, sem prejuízo das demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça.

3.11.1.3. A CONTRATADA não é titular das informações por ela tratadas e/ou armazenadas. A liberação de acesso às informações depende de prévia autorização expressa do titular, nos termos e limites dispostos na Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

3.11.1.4. O acesso a informações de propriedade de um outro Órgão do Estado, ou de um outro Departamento deste Órgão, devem ser solicitadas a esse diretamente pelo TRIBUNAL.

3.11.1.5. O TRIBUNAL assume o compromisso de sempre permanecer em conformidade com as recomendações de segurança da informação e com os preceitos estabelecidos pela Política de Segurança da Informação da CONTRATADA.

3.11.1.6. O TRIBUNAL assume o compromisso de alertar, imediatamente, a CONTRATADA dos incidentes de segurança ocorridos e identificados nos seus ativos de tecnologia da informação (TI).

3.11.1.7. O TRIBUNAL assume o compromisso de indicar formalmente as pessoas autorizadas a solicitar intervenção em base de dados e auditoria em sistemas. Situações de substituição do(s) indicado(s) também deverão ser comunicadas à CONTRATADA.

3.11.1.8. O TRIBUNAL assume o compromisso de extrair diretamente do sistema informações de auditoria que sejam disponibilizadas pelo mesmo. A CONTRATADA somente realizará a extração quando o TRIBUNAL não possuir os mecanismos necessários para fazê-lo.

3.11.1.9. Fica estabelecido o Termo de Sigilo e Responsabilidade dos dados a ser assinado por representante legal da CONTRATADA, conforme modelo do Anexo III do Termo de Referência.

3.12. Transição e encerramento contratual:

3.12.1. Relativo aos equipamentos:

3.12.1.1. Como estratégia de transição, nos últimos 4 (quatro) meses de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá efetuar a desativação gradual dos serviços contratados, conforme cronograma a ser definido pelo TRIBUNAL, observando as condições geográficas e logísticas, de modo a possibilitar a migração para novo serviço contratado.

3.12.1.2. Quanto à devolução de recursos materiais, ao término da vigência do contrato, a CONTRATADA é a responsável pela retirada e logística de todos os equipamentos locados distribuídos nas unidades prediais da Capital e Interior do TRIBUNAL, sem ônus adicional para o TRIBUNAL, em até 20 (vinte) dias úteis.

3.12.2. Relativo ao software de controle de acesso:

3.12.2.1. A CONTRATADA deve apresentar um **plano de transição detalhado** que contemple a migração para o novo software de controle de acesso. Este plano deve ser apresentado com uma antecedência mínima de **180 (cento e oitenta) dias** antes do término do contrato, definindo cronogramas e responsabilidades.

3.12.2.2. A migração da base de dados de cadastros de usuários deve ser planejada e executada de forma a garantir a **continuidade da operação** e a **integridade de todas as informações**. A CONTRATADA deve:

- a) Realizar a migração em conjunto com a equipe do TRIBUNAL ou da nova solução, garantindo a validação dos dados migrados;
- b) Executar testes abrangentes para certificar que a nova solução esteja operando corretamente com os dados migrados.

3.12.2.3. Em caso de interrupção ou encerramento do contrato, a CONTRATADA deve entregar integralmente toda a base de dados de cadastros de usuários e de qualquer outro dado relacionado ao Tribunal. A entrega deve atender aos seguintes critérios:

- a) A base de dados deve ser entregue em um formato acordado entre as partes, que seja compatível e de fácil importação para a nova solução (por exemplo, SQL, CSV ou outro formato padrão).

- b) A entrega deve incluir o **dicionário de dados** completo, detalhando cada campo, seu tipo de dado e sua finalidade, para garantir a correta interpretação e uso das informações.
- c) A entrega deve ser realizada em um prazo pré-estabelecido após a notificação de encerramento, para evitar qualquer interrupção na prestação dos serviços do TRIBUNAL.

3.12.2.4. Os dados entregues, bem como o dicionário de dados, serão submetidos à **validação e aprovação** por parte do TRIBUNAL. A **CONTRATADA** só será considerada liberada de suas obrigações contratuais relacionadas à base de dados após a confirmação de que todas as informações foram entregues de forma completa e correta. Após a aprovação final, a **CONTRATADA** é obrigada a eliminar de forma segura e definitiva toda e qualquer cópia da base de dados em seu poder, garantindo a total privacidade e confidencialidade das informações do Tribunal. Esta eliminação deverá também contemplar todos os perfis de acesso ao sistema.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA QUARTA: Constituem obrigações:

4.1. Do TRIBUNAL:

- 4.1.1.** Efetuar o pagamento nos termos especificados neste Contrato.
- 4.1.2.** Emitir autorização para início da execução dos serviços, após aprovação do cronograma apresentado pela **CONTRATADA**.
- 4.1.3.** Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da execução do objeto contratado.
- 4.1.4.** Fornecer à **CONTRATADA** as informações e documentações indispensáveis à execução do objeto contratado.
- 4.1.5.** Notificar a **CONTRATADA**, fixando-lhe prazo, para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto.
- 4.1.6.** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratual entregue em desacordo com o previsto neste Contrato, justificando as razões da recusa.
- 4.1.7.** Notificar tempestivamente a **CONTRATADA** quanto a autuações, notificações e intimações que venha a receber, relativas ao descumprimento, pela **CONTRATADA**, de obrigações decorrentes de normas e legislação aplicáveis ao objeto deste Contrato;
- 4.1.7.1.** O TRIBUNAL notificará o garantidor quanto a instauração de Processo Administrativo Sancionatório em desfavor da **CONTRATADA**.
- 4.1.8.** Permitir ao pessoal técnico da **CONTRATADA**, devidamente identificado, livre acesso aos locais destinados à execução do objeto contratual.
- 4.1.9.** Disponibilizar o local para cumprimento das obrigações previstas neste contrato.
- 4.1.10.** Cumprir, de forma a não retardar os prazos da **CONTRATADA**, suas obrigações contratuais que constituam pré-requisitos para que ela cumpra suas obrigações.
- 4.1.11.** Sustar os trabalhos sempre que considerar a medida necessária, justificando as razões da sustação.
- 4.1.12.** Decidir, juntamente com o representante da **CONTRATADA**, todas as questões rotineiras que surgirem durante a execução dos serviços.

4.2. DA CONTRATADA:

- 4.2.1.** Reunir-se, antes do início da prestação dos serviços, com os fiscais/gestor deste Contrato para alinhamento das medidas a serem adotadas.
- 4.2.2.** Executar o objeto contratual, nos prazos estipulados e de acordo com as especificações técnicas, normas técnicas e condições previstas neste Contrato.
- 4.2.3.** Refazer, às suas expensas, o objeto contratual executado em desacordo com o estabelecido neste Contrato.
- 4.2.4.** Realizar as atividades necessárias à execução do objeto deste Contrato.
- 4.2.4.1.** Comunicar imediatamente à gestão e/ou fiscalização deste Contrato a ocorrência que afete a execução do objeto contratual e/ou o cumprimento das obrigações.
- 4.2.5.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Gestão/Fiscalização durante a vigência deste Contrato e, no caso de reclamações, respondê-las no prazo determinado.
- 4.2.6.** Indicar, no ato da assinatura deste Contrato e sempre que ocorrer alteração, informando e mantendo atualizados, sob pena de presumir-se válidos aqueles informados anteriormente, os dados referentes a endereço, telefone e e-mail, um ou mais prepostos para representá-la perante o TRIBUNAL em relação à execução do objeto.
- 4.2.6.1.** A indicação ou a manutenção do preposto poderá ser recusada pelo TRIBUNAL, desde que devidamente justificada, devendo a **CONTRATADA** designar outro para o exercício da atividade.
- 4.2.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990), observados os prazos deste Contrato.
- 4.2.8.** Indenizar e ressarcir terceiros e/ou o TRIBUNAL por todo e qualquer dano decorrente diretamente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos, inclusive por uso indevido de patentes.
- 4.2.8.1.** Para garantia do ressarcimento do dano e de eventuais indenizações, total ou parcial, tem o TRIBUNAL o direito de retenção sobre o pagamento devido à **CONTRATADA**.
- 4.2.9.** Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes deste Contrato ou de eventual subcontratação, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social e securitário, bem como pelas taxas, tributos, fretes, embalagens e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto ora contratado, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao TRIBUNAL e não poderá onerar o objeto do Contrato.
- 4.2.10.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer recursos, conhecimentos, tecnologias, metodologias, mão de obra, equipamentos, infraestrutura e garantias necessários à execução do objeto, atendidos os requisitos técnicos e legais, garantida sua plena e integral realização em conformidade com as normas do Edital e seus Anexos, deste Contrato e demais normas técnicas aplicáveis aos serviços contratados, no que tange à sua qualidade, utilidade e segurança.
- 4.2.11.** Manter, durante a vigência deste Contrato, de acordo com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.
- 4.2.11.1.** O descumprimento do disposto no subitem anterior sujeita a **CONTRATADA** às sanções previstas neste Contrato, aplicadas após regular processo administrativo.
- 4.2.12.** Manter, durante a vigência deste Contrato, sua regularidade fiscal perante o CAGEF, a ser aferida por meio da emissão de Certificado de Registro Cadastral (CRC).
- 4.2.12.1.** O descumprimento do disposto no subitem anterior sujeita a **CONTRATADA** às sanções previstas neste Contrato, aplicadas após regular processo administrativo.
- 4.2.13.** Abster-se de utilizar qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, bem como o trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.
- 4.2.14.** Paralisar, por determinação do TRIBUNAL, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com as previsões deste Contrato e seus anexos, ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens.
- 4.2.15.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as demais reservas de cargos previstas na legislação brasileira.
- 4.2.15.1.** Comprovar o cumprimento da obrigação a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- 4.2.16.** Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham a tomar conhecimento em razão do objeto deste Contrato, o mais absoluto sigilo, ficando, portanto, por força de lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.
- 4.2.16.1.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, em especial quanto às disposições referentes à proteção de dados constantes deste Contrato.
- 4.2.17.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato nos termos do art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 4.2.18.** Alocar os empregados necessários, em número suficiente e com habilitação e conhecimento adequados ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 4.2.19.** Conduzir as atividades com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.2.20.** Substituir ou reparar, às suas custas, os bens ou serviços justificadamente considerados em desconformidade com as Especificações Técnicas.

4.2.21. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na Legislação Federal, Estadual e Municipal.

4.2.22. Responder, independentemente de culpa, por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão de seus dirigentes, empregados, prepostos e subcontratados, eximindo o TRIBUNAL de qualquer responsabilidade.

4.2.23. Permitir ao TRIBUNAL, a qualquer momento, a realização de auditoria da execução quanto à execução do objeto, bem como de supervisão, controle e fiscalização do Contrato, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade à CONTRATADA.

4.2.24. Diligenciar para que seus empregados respeitem as normas internas e tratem com urbanidade e cortesia os magistrados, servidores, colaboradores e visitantes do TRIBUNAL.

4.2.25. Responsabilizar-se pela procedência lícita de quaisquer insumos aplicados na execução do objeto, mantendo a documentação fiscal comprobatória de aquisição de produto ou serviço para apresentação à Fiscalização a qualquer tempo.

4.2.26. Submeter previamente, por escrito, ao TRIBUNAL, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações técnicas deste Contrato.

4.2.27. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças, permissões, autorizações e demais documentos exigíveis na forma das legislações aplicáveis.

4.2.28. Informar ao gestor qualquer alteração nos dados da conta bancária indicada para fins de pagamento.

4.2.29. Observar e cumprir as regras previstas na Cartilha de Integridade para Licitantes e Contratados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

4.2.30. Responder, durante o prazo legal, pela solidez e segurança dos serviços executados, podendo o TRIBUNAL exigir-lhe indenização e/ou correção, quando encontrados vícios ocultos ou desconformidades.

4.2.31. Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, sexo, religião, estado civil, orientação sexual, faixa etária ou a condição física especial, bem como atos que caracterizem proselitismo partidário, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual, nos termos das Resoluções CNJ nº 255, de 04 de setembro de 2018, e nº 351, de 28 de outubro de 2020, bem como da Resolução TJMG nº 1.018, de 18 de janeiro de 2023 (e alterações posteriores).

4.2.32. Dar conhecimento aos colaboradores alocados na prestação dos serviços dos atos normativos e dos canais disponíveis acerca da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, promovendo ampla divulgação, com intuito de promover um ambiente saudável, colaborativo e que busca a construção de uma cultura de respeito mútuo, igualdade de tratamento e soluções dialogadas para os conflitos no trabalho, nos termos da Resolução CNJ nº 351, de 2020 e da Resolução TJMG nº 1018, de 2023, (e alterações posteriores).

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA: O prazo de vigência do presente Contrato será de **60 (sessenta) meses**, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei federal nº 14.133 de 2021, contado a partir de sua divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado, por acordo entre as partes, por até 10 (dez) anos.

5.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permaneçam vantajosos para o TRIBUNAL, permitida a negociação com a CONTRATADA.

5.2. O TRIBUNAL terá a opção de, observado o procedimento previsto na Lei Federal nº. 14.133, de 021, extinguir o Contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SEXTA: O objeto deste Contrato será recebido na forma prevista no art. 140, inciso I da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

6.1. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto, nem a ético profissional, pela sua perfeita execução nos limites estabelecidos em Lei.

6.2. As demais regras específicas para recebimento provisório e definitivo estão previstas no Termo de Referência, parte inseparável deste Contrato.

6.3. Satisfeitas as exigências legais, contratuais e constantes de normativos internos, lavrar-se-á Termo de Ateste de Recebimento para Execução Financeira, assinado por servidor ou Comissão designada.

6.4. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto/mercadoria rejeitado ser recolhido e substituído no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência.

DO VALOR DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SÉTIMA: O valor total deste Contrato é de **RS XXXXXXX,XX (XXXXXXXXXX)**, conforme a seguir descrito:

LOTE ÚNICO - PARTICIPAÇÃO AMPLA								
Item	Código CATMAS	Serviço	Qtde de itens	Qtde meses	Unidade	Qtde (itens x meses)	Valor Unitário (RS)	Valor Total (RS)
1	000147150	Licença de Software de controle de acesso (modo SaaS) hospedado em nuvem externa	1	57	Mês	57		
2	000147087	Implantação da solução	1	-	Unidade	1		
3	000147109	Treinamento remoto	2	-	Unidade	2		
4	000147044	Operação assistida presencial (sob demanda)	6	-	Unidade	6		
5	000145300	Locação de terminal facial	209	57	Unidade	11.913		
6	000147400	Locação de catraca de acesso	136	57	Unidade	7.752		
7	000147397	Locação de câmera de leitura de placas (LPR)	98	57	Unidade	5.586		
VALOR TOTAL								
VALOR TOTAL								(por extenso)

a) **Detalhamento da Implantação da solução (item 2 do quadro acima):** Detalham-se, a seguir, os custos relacionados à implantação da solução, contemplando os serviços de instalação e configuração de equipamentos de acesso (incluindo logística) e de infraestrutura predial.

a.1) Na implantação de um equipamento, pode ser necessário: instalação de equipamento mais serviço de infraestrutura predial se for necessário prover o cabeamento de rede e elétrico.

a.2) O valor total será considerado no **item 2 – Implantação da Solução**, garantindo a consolidação dos custos no processo de contratação.

Item	Serviço	Qtde estimada	Valor Unitário RS	Valor Total RS
1	Serviço de instalação e configuração de equipamentos de acesso, incluindo logística	-	-	-
1.1	Instalação da catraca de acesso, incluindo terminais faciais	136		

1.2	Instalação de câmera de leitura de placas	98		
2	Serviço de infraestrutura predial	-	-	-
2.1	Execução de ponto elétrico, implantado a partir do disjuntor do quadro elétrico até o equipamento. Com circuito compartilhado. Incluindo fornecimento e instalação de materiais.	100		
2.2	Execução de ponto de telecomunicações, CAT. 6, até 90 metros, implantado a partir de patch-panel até o equipamento. Incluindo fornecimento e instalação de materiais.	140		
2.3	Execução de ponto de telecomunicações, com cabeamento de fibra óptica em área externa ou acima de 90 metros. Incluindo fornecimento e instalação de materiais.	100		
TOTAL (R\$)				

7.1. No valor acima estão incluídos todos os custos e despesas decorrentes da execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, mão-de-obra, materiais, equipamentos, embalagens, fretes, seguro, dentre outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.2. Os preços unitários referentes aos acréscimos de itens previstos neste Contrato são os inicialmente contratados, considerados eventuais reajustes.

7.3. Na hipótese de celebração de aditivo contratual para inclusão de itens não previstos inicialmente neste Contrato, o valor referencial desses itens será calculado adotando os mesmos parâmetros de custos utilizados da época do orçamento da licitação.

7.4. Este Contrato corre à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

a) R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) na Dotação Orçamentária n°. 4031.02.061.706.4395.3.3.90.40.02 ou de outra que vier a ser consignada para este fim;

b) R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) na Dotação Orçamentária n°. 4031.02.061.706.4395.3.3.90.39.19 ou de outra que vier a ser consignada para este fim.

7.4.1. A disponibilidade de créditos orçamentários será verificada a cada exercício financeiro.

7.5. Os preços unitários e totais são os mesmos constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA na Licitação n°. 004/2026 - Pregão Eletrônico.

7.6. Eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão respondidos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da data do pedido, admitida a prorrogação mediante justificativa fundamentada.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA OITAVA: Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado em **20.10.2025**.

8.1. Após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo TRIBUNAL, da variação do índice IPCA (IBGE) acumulado no período.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2.1. Para fins deste Contrato, considera-se início dos efeitos financeiros a data a partir da qual passaram a vigor os preços efetivamente reajustados.

8.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o TRIBUNAL aguardará a divulgação.

8.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.6. Fica o TRIBUNAL obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA: O pagamento dos serviços contratados será realizado conforme as condições abaixo, em alinhamento com as fases do cronograma de implantação descritas no subitem 3.10 deste Contrato, considerando os valores estabelecidos neste Contrato:

a) **Subscrição do software de controle de acesso, incluindo atualização de versão e suporte técnico continuado (item 1):** remuneração mensal, a partir do início da operação dos serviços;

b) **Treinamento remoto (item 3):** O pagamento será efetuado após a realização de cada treinamento sob demanda, mediante comprovação da execução conforme condições estabelecidas;

c) **Operação assistida (item 4):** O pagamento será efetuado após a conclusão de cada pacote, sob demanda, no faturamento mensal, mediante comprovação da execução conforme condições estabelecidas;

d) **Locação de equipamentos para unidades de Belo Horizonte e do interior (itens 5, 6 e 7):** Pagamento mensal, proporcional à quantidade de equipamentos implantados com termo de aceite, conforme cada fase.

9.1. O início da operação do sistema se dará a partir da implantação concluída do primeiro equipamento contratado.

9.1.1. O pagamento dos itens 5, 6 e 7 de equipamentos de acesso deverão ser proporcional ao número de dias corridos de utilização dentro do mês ("PRO-RATA"), nas fases de implantação e desativação da solução, conforme cronograma estabelecido pelo TRIBUNAL;

9.1.2. A CONTRATADA somente poderá emitir a nota fiscal após o recebimento definitivo dos serviços e aprovação pelo TRIBUNAL.

9.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, na proposta e contido neste Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

9.2.1. A nota fiscal/fatura será apresentada mensalmente (verificar periodicidade) ao TRIBUNAL acompanhada do Certificado de Registro Cadastral (CRC) para comprovação da regularidade fiscal perante o CAGEF.

9.3. A nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescidas das seguintes informações:

a) indicação do objeto deste Contrato.

b) indicação do número deste Contrato.

c) indicação do período a que se refere o faturamento.

d) destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver.

e) destaque de valor relativo a qualquer retenção aplicada pelo TRIBUNAL, para produzir, exclusivamente, efeitos financeiros no ato de pagamento, não podendo alterar o valor total do documento fiscal.

f) conta bancária.

9.4. São condições para que o TRIBUNAL efetue qualquer liquidação e pagamento de despesa deste Contrato:

a) Documento fiscal preenchido conforme o disposto neste Contrato.

b) Termo de Ateste de Recebimento para Execução Financeira emitido pelo Gestor deste Contrato.

9.4.1. A apresentação da documentação acima é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sendo que a mora ou irregularidade no cumprimento desta obrigação poderá acarretar atraso na liquidação e no pagamento da despesa correspondente sem quaisquer ônus para o TRIBUNAL.

9.5. Observadas as condições previstas nos subitens acima, caberá à CONTRATADA protocolizar a documentação junto ao TRIBUNAL, até o último dia útil do mês correspondente à data de emissão, para ser aprovado em até 03 (três) dias úteis.

9.6. As notas fiscais/faturas emitidas no mês de dezembro deverão dar entrada na Gerência de Execução Orçamentária e Administração Financeira – GEFIN/DIRFIN até a data definida em regulamento específico.

9.6.1. Não serão recebidos pelo TRIBUNAL documentos fiscais encaminhados após a data definida em regulamento específico, devendo ser emitidos e enviados a partir do início do exercício subsequente.

9.7. O pagamento será depositado na conta bancária da CONTRATADA, conforme programação orçamentária e financeira prevista na Portaria nº. 7195/PR/2025, disponível no link <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/po71952025.pdf>.

9.7.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão da efetiva prestação dos serviços.

9.8. Somente serão pagos os serviços efetivamente prestados e de acordo com as especificações que integram este Contrato.

9.8.1. A CONTRATADA deverá cumprir com os Níveis Mínimos de Serviço - NMS constantes no Termo de Referência, não atendimento às metas estabelecidas implicará em descontos (glosas) no pagamento.

9.9. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.10. O TRIBUNAL, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal, a devolverá à CONTRATADA para regularização, sendo que o prazo estipulado para o pagamento será contado a partir da sua reapresentação com as devidas correções ou esclarecimentos.

9.10.1. A devolução da fatura não aprovada pelo TRIBUNAL em nenhuma hipótese servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços ou deixe de prestar o atendimento necessário.

9.10.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, a parcela incontroversa será liberada no prazo previsto para pagamento.

9.11. Quando da efetivação do pagamento da nota fiscal/fatura serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de qualquer esfera de governo (federal, estadual ou municipal), na forma e modo determinado pelo ordenamento jurídico aplicável.

9.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, “pro rata tempore”, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$, onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

9.13. Na hipótese de isenção/imunidade de algum tributo, a CONTRATADA deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual do pagamento que lhe for devido.

9.13.1. No caso de isenção ainda não transitada em julgado, o valor será depositado em juízo até o término deste Contrato ou decisão terminativa.

DA SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA: Nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no cumprimento do objeto deste Contrato, e sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais, a CONTRATADA poderá subcontratar, parcialmente, mediante prévia e expressa anuência do TRIBUNAL, os seguintes serviços de manutenção dos equipamentos, até o limite por este admitido.

10.1. A CONTRATADA apresentará ao TRIBUNAL a documentação que comprove a capacidade técnica e jurídica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

10.1.1. Para aprovação da subcontratação, bem como para o início dos trabalhos da SUBCONTRATADA, deverá ser apresentada a documentação prevista no Termo de Referência.

10.2. A qualquer tempo, o TRIBUNAL poderá cancelar a autorização de subcontratação, caso a SUBCONTRATADA não atenda às especificações técnicas e exigências estabelecidas neste Contrato e seu Anexo.

10.3. Todos os profissionais subcontratados deverão estar identificados como prestadores da SUBCONTRATADA a serviço da CONTRATADA, quando do atendimento no local da prestação dos serviços.

10.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da SUBCONTRATADA, bem como responder perante o TRIBUNAL pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

10.5. A CONTRATADA incluirá em todos os contratos que vier a celebrar com os subcontratados dispositivo que permita ao TRIBUNAL exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, nos termos estabelecidos neste Contrato.

10.6. Não haverá vínculo contratual, legal ou trabalhista entre o TRIBUNAL e os subcontratados, inexistindo, por conseguinte, responsabilidade solidária ou subsidiária do TRIBUNAL quanto a toda e qualquer obrigação da CONTRATADA perante seus subcontratados e empregados.

10.7. A CONTRATADA deverá enviar ao TRIBUNAL declaração informando o início e o término dos serviços da SUBCONTRATADA.

10.8. Compete à CONTRATADA garantir que a SUBCONTRATADA dê conhecimento aos seus funcionários acerca do Programa de Integridade do TRIBUNAL, do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, do Código de Conduta, bem como sobre as demais normas editadas por este TRIBUNAL incidentes sobre a contratação.

10.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TRIBUNAL ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão deste Contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

10.10. É vedada a subcontratação completa ou acima dos limites estabelecidos pelo TRIBUNAL.

DA GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O suporte técnico deve estar disponível e prestado em dias úteis, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados nacionais, das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.

11.1. A CONTRATADA deverá prover plataforma na web com acessos nomeados ao TRIBUNAL. Neste caso, todas as solicitações de suporte deverão ser abertas exclusivamente pelos usuários nesta plataforma.

11.1.1. Havendo indisponibilidade do serviço, a CONTRATADA deverá disponibilizar outros canais (e-mail e telefone) para as solicitações de suporte, e registrá-las posteriormente na plataforma.

11.1.2. Todos os chamados deverão ser registrados e o TRIBUNAL poderá consultá-los, via web, de modo que seja possível acompanhar e controlar a execução dos serviços.

11.1.3. O número de chamados para o suporte deverá ser ilimitado e não poderá haver restrições, por parte da CONTRATADA, de quantidade de horas despendidas para atendimento.

11.1.4. A categoria (priorização) do chamado deverá ser definida com base na criticidade do problema no momento de sua abertura. Esta poderá ser posteriormente reclassificada, em caso de erro na classificação e/ou após a correta identificação do problema.

11.1.5. Entende-se por prazo da solução de contorno o prazo máximo, contado a partir da abertura do chamado, para a CONTRATADA apresentar a solução paliativa para um problema. A solução de contorno não elimina a sua causa raiz, mas reduz o impacto causado pelo mesmo, restabelecendo a disponibilidade, ainda que parcial, das funções

principais do software.

11.1.6. Entende-se por prazo da solução definitiva o prazo máximo, contado a partir da abertura do chamado, para a CONTRATADA apresentar uma solução que elimine definitivamente a causa raiz de um problema.

11.1.7. Um chamado somente poderá ser encerrado após a homologação pelo TRIBUNAL da solução definitiva apresentada pela CONTRATADA.

11.1.8. É de responsabilidade do TRIBUNAL a disponibilização das informações para a realização do atendimento

11.1.9. O TRIBUNAL poderá autorizar a prorrogação do prazo de solução de um chamado, desde que justificada pela CONTRATADA em razão da complexidade do mesmo, observando que o pedido de prorrogação deverá ser encaminhado antes do término do prazo da solução.

11.1.10. A justificativa de prorrogação deverá ser apresentada ao TRIBUNAL antes do término do prazo de solução definitiva do chamado. A autorização de prorrogação é totalmente discricionária do TRIBUNAL

11.1.11. O TRIBUNAL poderá interromper o atendimento de um chamado, de acordo com suas necessidades. A CONTRATADA deverá registrar a interrupção do atendimento para fins de suspensão da contagem do prazo de solução.

11.1.12. As solicitações de atendimento previstas no escopo do serviço de suporte devem ser executadas de acordo com os Níveis Mínimos de Serviços (NMS) estabelecidos no Termo de Referência.

11.2. Do software de controle acesso:

11.2.1. Os serviços de suporte técnico do software deverão ser prestados prioritariamente de forma remota, via plataforma virtual ou acionamento remoto ou telefone ou e-mail, sem ônus adicionais ao TRIBUNAL.

11.2.2. O escopo do serviço de suporte ao software engloba as seguintes atividades:

- a) Esclarecimento de dúvidas de utilização da solução;
- b) Resolução de problemas e erros da solução, incluindo quaisquer itens adicionais que venham a ser fornecidos no âmbito da contratação como customizações, dados fornecidos, dicionários de dados e integrações;
- c) Investigação de problemas no desempenho, lentidão e quaisquer outras anomalias, apontadas pelo Tribunal, incluindo também os problemas relacionados a incidentes de segurança;
- d) Situações correlatas que requeiram o acionamento da equipe técnica da contratada;
- e) Atualização de versões e releases.

11.3. Dos equipamentos:

11.3.1. A **manutenção preventiva** é compreendida por uma visita, conforme programa de manutenção, a ser efetuada no local onde os equipamentos se encontram instalados, para inspeção, teste e verificação, ajustes mecânicos, lubrificação e limpeza geral, calibração e medições, bem pela substituição de peças defeituosas, por conta da CONTRATADA, quando necessário, na frequência discriminada a seguir:

- a) Na Capital: semestralmente;
- b) No interior: deverá ser realizada quando a CONTRATADA visitar determinada Comarca para a realização de manutenção corretiva em algum equipamento da localidade. A periodicidade, neste caso, é anual.

11.3.2. A **manutenção corretiva** compreenderá o conserto, a substituição de peças defeituosas e o teste de verificação, por conta da CONTRATADA, após abertura de chamado pelo TRIBUNAL, sempre que ocorrerem defeitos nos equipamentos, independentemente do número de abertura de chamados.

11.3.3. A cobertura de peças, quando a necessidade de correção derivar de agentes externos, tais como, uso indevido, vandalismo e exposição a água, será objeto de orçamento à parte, prévia e expressamente aprovado pelo TRIBUNAL, sendo que o constante do menor valor será o ressarcido pelo TRIBUNAL.

11.3.4. Para os serviços de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá emitir um Relatório de Atendimento Técnico - RAT, devendo constar no relatório os dados relacionados: ao chamado registrado, à identificação do equipamento danificado, à data/hora do início do atendimento, à data/hora da solução do problema, à descrição do problema e sua solução, a peças trocadas, ao técnico que prestou o atendimento, dentre outras informações que julgar pertinentes.

11.4. A CONTRATADA deverá garantir o pleno funcionamento de todos os componentes da solução durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela substituição de equipamentos que apresentem defeitos ou desgaste, sem ônus adicional para o TRIBUNAL.

GARANTIA CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei federal nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ XXXXXX,XX (XXXXXXXX), correspondente a 5% (cinco por cento) do **valor anual** do Contrato.

12.1 A CONTRATADA deverá enviar o comprovante de garantia ofertada, no valor de **R\$ xxxxxx (xxxxxxx)**, para o endereço eletrônico gsi@tjmg.jus.br, com cópia para o cofs@tjmg.jus.br, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da divulgação do Contrato no PNCP.

12.1.1. A apresentação do Seguro Garantia deve observar o regramento previsto no Edital de Licitação.

12.2. A vigência da garantia ofertada deverá abranger toda a vigência contratual.

12.2.1. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.2.1.1. Alternativamente, se, comprovadamente, não for possível ajustar ou renovar a garantia inicialmente ofertada, a CONTRATADA poderá apresentar nova garantia, desde que observadas as modalidades previstas no art. 96 da Lei federal nº 14.133, de 2021, bem como as condições estabelecidas neste Contrato e no Edital de Licitação.

12.2.1.2. No caso de prorrogação da vigência e/ou alteração do valor, a garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do **valor anual** contratual, devendo abranger os termos aditivos formalizados, observado o disposto neste Contrato.

12.2.2. A CONTRATADA deverá comprovar o ajuste ou renovação da garantia, ou apresentar nova garantia, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da divulgação do Termo Aditivo respectivo no PNCP.

12.3. O TRIBUNAL, no decorrer da execução contratual, poderá autorizar a substituição da garantia inicialmente ofertada se, cumulativamente:

- a) A CONTRATADA comunicar ao TRIBUNAL prévia e justificadamente essa intenção;
- b) A fiscalização do TRIBUNAL declarar inexistir descumprimento de cláusula contratual de responsabilidade da CONTRATADA, bem como pendências relativas à execução do objeto, ou declarar que não foi instaurado, nem está em vias de instauração, qualquer procedimento administrativo visando à apuração de responsabilidade da CONTRATADA;
- c) A substituição for por modalidade estabelecida no art. 96 da Lei federal nº 14.133, de 2021;
- d) A nova garantia prestada preencher os requisitos do ato convocatório e deste Contrato;

12.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do TRIBUNAL, por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE, conforme Instrução de Serviços – INS nº 001/DIRFIN/2019, a ser emitido pela área responsável pela gestão e fiscalização deste Contrato.

12.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

12.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

12.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que for notificada.

12.8. O TRIBUNAL executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.9. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA será notificado pelo TRIBUNAL quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.10. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão acontecer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º

12.11. A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições deste Contrato, inclusive pela sanção pecuniária e perdas e danos previstas neste instrumento, aplicadas após regular e competente processo administrativo, desde que a CONTRATADA seja notificada acerca da instauração do processo.

12.12. No caso de Carta de Fiança e Seguro-Garantia, deverá constar expressamente na carta ou apólice que o garantidor responderá pelo inadimplemento contratual praticado dentro da vigência da garantia, ainda que a decisão final condenatória do processo administrativo ocorra após seu término.

12.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, ou carta fiança, com a autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou com a liberação dos títulos da dívida pública, acompanhada de declaração do TRIBUNAL, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

12.13.1. Após a emissão do Termo de Encerramento do Contrato, competirá à CONTRATADA formular ao TRIBUNAL o pedido de liberação ou restituição junto ao Gestor deste Contrato.

12.13.2. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do TRIBUNAL e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRIBUNAL com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

12.15. A CONTRATADA autoriza o TRIBUNAL a reter de seus créditos, a qualquer tempo, o valor da garantia pendente de recomposição, até que esta ocorra.

12.16. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento do TRIBUNAL, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo TRIBUNAL.

12.17. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.
- b) Multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo TRIBUNAL à CONTRATADA.
- c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.

12.17.1. A execução da garantia em razão de multa sancionatória não inviabiliza a aplicação desta em valor superior ao da garantia prestada.

12.18. A garantia contratual é independente de eventual garantia do produto ou serviço.

12.19. É vedada a inclusão de cláusula de proporcionalidade nos casos de seguro garantia e carta de fiança bancária.

DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, se:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º. da Lei federal nº. 12.846, de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, dentre outras:

- a) Não atendimento às especificações técnicas relativas ao objeto previsto neste Contrato ou instrumento equivalente;
- b) Não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- c) Não manutenção da regularidade fiscal perante o CAGEF.
- d) Retardamento imotivado da execução do objeto ou de suas etapas;
- e) Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao TRIBUNAL;
- f) Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso, como se verdadeiro ou perfeito fosse;
- g) Alteração de substância, qualidade ou quantidade do objeto entregue;
- h) Execução insatisfatória;
- i) Erro de execução;
- j) Perda da capacidade técnico operacional;
- k) Inidoneidade de informações prestadas à Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da Cláusula Décima Quarta, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da Cláusula Décima Quarta, bem como em suas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) **Multa**, observados os seguintes limites:

d.1. Moratória de até 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o trigésimo dia de atraso.

d.2. Moratória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida em caso de atrasos injustificados superiores a 30 (trinta) dias ou fornecimento com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuíam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

d.3. Moratória de até 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou normas da legislação pertinente.

d.4. Compensatória de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento) e, no máximo, 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

15.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

15.2. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação da sanção.

15.2.1. Na hipótese de multa contratual, se esta não for recolhida no prazo estabelecido no subitem 15.2, o valor da multa aplicada poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA e/ou da garantia do Contrato e/ou cobrada judicialmente.

15.2.1.1. Os débitos da CONTRATADA para com o TRIBUNAL, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo TRIBUNAL decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o TRIBUNAL.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamentos eventualmente devidos pelo TRIBUNAL à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. A atualização do valor das multas dar-se-á de acordo com o que prescreve o art. 50 do Decreto nº 46.668, de 15 de dezembro de 2014.

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao TRIBUNAL.

15.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se os procedimentos previstos no art. 157 da Lei federal nº 14.133, de 2021 para a aplicação da penalidade de multa, e no art. 158 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o TRIBUNAL;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

15.7. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.8. O TRIBUNAL, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

15.9. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP, devendo a CONTRATADA ser descredenciada junto ao Cadastro de Fornecedores, por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

15.10. Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela CONTRATADA deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas.

15.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

15.12. Sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, os atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei federal nº 12.846, de 2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei, conforme disposições da Resolução nº. 880, de 3 de agosto de 2018, do Órgão Especial deste TRIBUNAL, que institui e regulamenta o Processo Administrativo de Responsabilização - PAR no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e do Manual do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, instituído pela Portaria da Presidência nº 4.713, de 11 de fevereiro de 2020.

15.13. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais autoriza o TRIBUNAL a promover a extinção do Contrato, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

15.14. Este Contrato poderá ser aditado para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.

DA RESPONSABILIDADE POR PERDAS E DANOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Sem prejuízo das disposições referentes às penalidades e garantias, a CONTRATADA responderá, perante o TRIBUNAL pelas perdas e danos diretos que vier a lhe causar ou a terceiros na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do serviço pelo TRIBUNAL.

16.1. Nos casos em que houver rescisão do Contrato por culpa da CONTRATADA, a multa compensatória prevista na alínea “d.4” da Cláusula Décima Quinta valerá como mínimo de indenização, podendo o TRIBUNAL exigir indenização suplementar caso constate prejuízo excedente.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Este Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões do objeto, observados os limites legais, sem que isso implique aumento do preço proposto.

17.1. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO SOCIAL DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que restrinja sua capacidade de concluir o objeto, ensejará a extinção antecipada do Contrato.

18.1. Na hipótese de cisão, o TRIBUNAL poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgirem, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.

18.2. A ocorrência de cisão, fusão, incorporação ou associação com outrem deverá ser formalmente comunicada ao TRIBUNAL, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

18.2.1. A não apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida poderá implicar aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido este Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas neste Contrato.

18.3. Se a alteração social implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva do Contrato.

DA ANTICORRUPÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas a Lei Federal nº. 12.846, de 2013, e seus regulamentos, e se compromete, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, a cumpri-las fielmente, observando os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta do TRIBUNAL, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

19.1. A CONTRATADA deverá dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, do Programa de Integridade e demais normas editadas pelo TRIBUNAL sobre o tema.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA: É vedado à CONTRATADA:

- a) Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- b) Interromper a execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei;
- c) Contratar, durante a vigência deste Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do TRIBUNAL ou do fiscal ou gestor do Contrato, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei federal nº 14.133, de 2021, e
- d) Subcontratar o todo ou parte do objeto, sem a autorização do TRIBUNAL.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº. 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do TRIBUNAL, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: É vedada à CONTRATADA a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto do Contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

22.1. A CONTRATADA deverá adotar e manter medidas de segurança técnicas, administrativas e organizacionais adequadas a proteger os dados pessoais armazenados, processados, transportados ou transmitidos em decorrência do Contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, assim como mitigar possíveis riscos.

22.1.1. Ao avaliar o nível apropriado de segurança, a CONTRATADA deverá levar em conta os riscos que são apresentados pelo tratamento, em particular aqueles relacionados a incidentes de segurança com dados pessoais.

22.1.2. Em virtude da natureza sensível dos dados biométricos (templates faciais) tratados para a execução do presente Contrato, e em reconhecimento dos elevados riscos associados, a CONTRATADA deverá implementar e demonstrar a efetiva aplicação das seguintes medidas técnicas e de governança:

a) armazenar exclusivamente templates biométricos irreversíveis, sendo vedado o armazenamento de imagens faciais brutas para fins de autenticação do usuário, excetuando-se imagens de eventos operacionais previstos na contratação.

b) Implementar controle de acesso baseado em função e o princípio do menor privilégio para o acesso aos dados biométricos.

c) Exigir autenticação multifator (MFA) para todos os utilizadores com perfis administrativos que possam aceder, gerir ou exportar dados biométricos.

d) Manter um registro de auditoria detalhado, seguro e imutável de todas as operações realizadas sobre os dados biométricos, incluindo coleta, consulta, exportação e eliminação.

22.2. A CONTRATADA deverá observar as disposições previstas na Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRIBUNAL, instituída pela Portaria nº 6.084/PR/2023.

22.3. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao TRIBUNAL a ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais objeto deste Contrato, para que o TRIBUNAL possa tomar as providências necessárias de comunicação, se aplicável, ao titular de dados pessoais e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, no prazo estipulado por regulamentação da ANPD.

22.4. Para a execução do objeto do Contrato, em observância ao disposto na Lei Federal nº. 13.709/2018 (LGPD), na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a CONTRATADA e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso e da divulgação, por este TRIBUNAL, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico.

22.5. A CONTRATADA se compromete também a:

(a) Assegurar que o acesso e o tratamento dos dados pessoais fiquem restritos aos colaboradores que precisem efetivamente tratá-los, com o objetivo único de alcançar as finalidades definidas no Contrato;

(b) Garantir que todas as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais estejam sujeitas a contratos de sigilo e/ou obrigações de confidencialidade, de forma expressa e por escrito, bem como devidamente instruídas e capacitadas para o tratamento de dados pessoais e conhecimento das obrigações da CONTRATADA.

22.6. Havendo autorização para contratar sub operadora de dados pessoais, a contraparte deve garantir que esta cumpra integralmente todas as disposições de proteção de dados estabelecidas no contrato.

22.6.1. A contraparte será responsável por qualquer descumprimento contratual, ato ilícito ou tratamento irregular praticado pela sub operadora na execução do contrato, bem como pelos prejuízos decorrentes dessas condutas.

22.7. Caso seja necessária a transferência internacional de dados pessoais para a execução do objeto contratual, a contraparte deverá realizá-la em estrita conformidade com a LGPD e com a Resolução CD/ANPD nº 19/2024, ou outra norma que venha a substituí-la, mantendo a documentação comprobatória da conformidade, disponibilizando-a ao TRIBUNAL sempre que solicitado.

22.8. Caso um titular de dados pessoais, autoridade responsável pela proteção de dados pessoais, ou terceiros requisitar à CONTRATADA informações ou a tomada de providências sobre o tratamento de dados pessoais relacionadas ao Contrato, a CONTRATADA deverá comunicar ao TRIBUNAL, no prazo máximo de 01 (um) dia útil a partir do recebimento da solicitação, por escrito, não devendo responder nenhuma solicitação até a instrução ou a autorização do TRIBUNAL.

22.9. Ao término do contrato, a contraparte deve cessar imediatamente o tratamento de dados pessoais, garantindo sua eliminação segura e definitiva, salvo nos casos em que a retenção seja necessária para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias.

22.9.1. Nos casos de retenção obrigatória, a contraparte deve apresentar ao TRIBUNAL, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o encerramento do contrato, um relatório contendo:

I - os dados retidos;

II - as justificativas legais ou regulatórias que fundamentam a retenção;

III - os logs e registros dos procedimentos de eliminação dos demais dados pessoais tratados no âmbito do contrato.

22.10. Quando requisitado, a contraparte deve fornecer, em até 05 (cinco) dias úteis, informações sobre as operações de tratamento de dados pessoais, especialmente aquelas necessárias para a elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD) pelo TRIBUNAL.

22.11. O TRIBUNAL reserva-se o direito de, a qualquer momento e mediante aviso prévio razoável, realizar auditorias e inspeções, diretamente ou por meio de terceiros por ele designados, para verificar o cumprimento das obrigações de proteção de dados e segurança da informação estabelecidas neste contrato. A CONTRATADA compromete-se a cooperar plenamente, disponibilizando todas as informações, documentos e acesso a sistemas e instalações necessários para demonstrar sua conformidade.

DA EXTINÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: A extinção antecipada deste Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do TRIBUNAL, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, conforme parâmetros definidos em regulamento específico do TRIBUNAL, desde que haja interesse do TRIBUNAL;

c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral definidos em regulamento específico do TRIBUNAL, ou por decisão judicial.

23.1. A extinção determinada por ato unilateral do TRIBUNAL e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

23.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do TRIBUNAL, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) Devolução da garantia, se houver;

b) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data de extinção;

c) Pagamento do custo da desmobilização.

23.3. No caso de extinção antecipada por culpa da CONTRATADA, a ela não assistirá direito a nenhum pagamento além da remuneração dos serviços efetivamente executados e aprovados, bem como dos custos dos materiais disponibilizados até a data do cancelamento dos serviços, considerados os preços constantes das Notas Fiscais.

23.4. A extinção determinada por ato unilateral do TRIBUNAL poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, as seguintes consequências:

a) Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do TRIBUNAL;

b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do Contrato e necessários à sua continuidade;

c) Execução da garantia contratual, se houver, para:

- c.1) Ressarcimento do TRIBUNAL por prejuízos decorrentes da não execução;
- c.2) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c.3) Pagamento das multas devidas ao TRIBUNAL;
- c.4) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do Contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao TRIBUNAL e das multas aplicadas.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Os casos omissos serão decididos pelo TRIBUNAL, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

DA REGÊNCIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Este Contrato é regido pela legislação abaixo descrita, dentre outras:

- a) Lei federal nº 14.133, de 2021;
- b) Lei federal nº 13.709, de 2018 (LGPD);
- c) Lei federal nº 12.846, de 2013;
- d) Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário;
- e) Portaria TJMG nº 6371, de 10 de novembro de 2023.

DA DIVULGAÇÃO NO PNCP

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: A eficácia deste Contrato decorrerá da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

26.1. O TRIBUNAL providenciará a publicação do extrato contratual no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ("Diário do Judiciário Eletrônico"), bem como a sua divulgação em seu sítio oficial na Internet.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente emergentes deste Contrato.

E, por estarem de acordo, assinam as partes o presente Instrumento eletronicamente, no Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte,

PELO TRIBUNAL:

MARCELO RODRIGUES FIORAVANTE
Juiz Auxiliar da Presidência

PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Nunes Inocêncio Alves, Gerente**, em 08/01/2026, às 12:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **24612708** e o código CRC **8E685E12**.